



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0003/AM/11, de 30-06-2011

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Joaquim dos Santos Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Anézio Gonçalves Ferreira, João Paulo Antunes dos Santos, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Isabel da Encarnação Costa, Carlos José Mendes dos Santos e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura/resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Designação dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento dos Cemitérios Municipais – Alteração;

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre DOCEREINA - Benefícios Fiscais ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro;

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas Preventivas para a Área Geográfica Abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço – Alteração;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Associação Cultural e Recreativa da Guístola; e

Ponto 2.7 - Apresentação da Proposta para a Casa da Juventude em Pombal - Emissão de parecer.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O Senhor Presidente informou ter recebido seguintes pedidos de substituição dos seguintes membros:

- De João Manuel Viera Cordeiro e Pedro Filipe da Silva Murtinho, da Bancada do Partido Social Democrata;
- De João André Varela Coelho, da Bancada do Partido Socialista

De seguida informou que foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Social Democrata, Dr. Anézio Gonçalves Ferreira e Joana Carreira Revez Pereira Coucelo que, encontrando-se ausente não pode aceitar o convite, pelo que foi contactado João Paulo Antunes dos Santos, que aceitou o cargo.

Mais informou que o cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, aceitou comparecer à presente sessão.

Assim sendo e encontrando-se na sala os cidadãos a seguir nas listas do PS e do PSD, foram os mesmos chamados a ocupar os seus lugares nas respectivas Bancadas.

Informou ainda ter recebido um comunicado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, Ilídio Manuel da Mota, em que informa que por motivos de ordem familiar não pode estar presente na sessão enviando em sua representação o secretário da Junta, Carlos José Mendes dos Santos, o qual, estando presente na sala, ocupou, de imediato, o seu lugar.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleito pela lista do PSD – Guilherme Gameiro Domingues, que apresentou pedido para a justificação da sua falta a qual foi, de imediato, considerada justificada.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi previamente distribuída pelos membros da Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a acta a discussão, inscreveram-se os membros Fernando Carolino e Jorge Cordeiro que solicitaram correcções pontuais à acta as quais foram, de imediato, introduzidas.

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido o jornal “Notícias de Vermoil”, que fica ao dispor de todos os membros, no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Informou ainda, ter recebido um abaixo-assinado contra a mudança dos limites administrativos da Freguesia de Carnide, nos lugares de Féteira e Vale Travesso, que leu e fica arquivado nos Serviços.

De seguida disse que o documento iria ser fotocopiado e entregue aos líderes de cada Bancada a fim de apresentarem sugestões através do e-mail da Assembleia Municipal com vista a poder preparar o agendamento, ou não, deste assunto numa próxima reunião.

Referiu ainda que, sobre o mesmo assunto deram entrada três inscrições de cidadãos que, no final desta sessão, têm cinco minutos, cada, para expor o assunto.

De seguida disse que, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara, em 21.06.2011, o ofício que leu e se transcreve:

«Venho pelo presente, e na sequência de várias interpelações feitas nas últimas sessões da Assembleia Municipal, solicitar a V. Ex.^a se digne informar o seguinte:

- *Informação actualizada relativamente à acção Judicial intentada contra o ex-funcionário Victor Manuel da Conceição Leitão;*
- *Informação actualizada relativamente à Inspeção realizada pela IGAL, ao Município de Pombal, durante o ano de 2010;*
- *Informação actualizada relativamente às diligências do Município no que respeita ao Banco que autorizou as transferências da Conta da Autarquia.»*

De seguida leu o documento que o Senhor Presidente mandou entregar, e que é do seguinte teor:

“Relativamente ao pedido formulado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em 22 de Junho de 2011, cumpre à Unidade Jurídica, em cumprimento do determinado por V. Ex.^a prestar as seguintes informações:

1- No que respeita ao solicitado no primeiro ponto cumpre informar que foi proferida sentença condenatória no processo-crime movido ao ex-funcionário do Município, Victor Manuel da Conceição Leitão, no dia 02 de Maio de 2011.

O Acórdão do Tribunal Colectivo, de que se junta cópia, condenou o arguido a uma pena única de cinco anos e três meses de prisão pelos crimes de peculato e falsificação de documento determinando a devolução ao Município de Pombal de quantias apreendidas nos autos, no montante de 107.347,64€ e condenou o arguido a pagar ao Município de Pombal a quantia de 419.616,37, entre outras.

A acção correu termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Pombal com o N.º 374/10.5JACBR, e transitou em julgado no passado dia 13 de Junho de 2011.

O Município diligencia actualmente na execução da sentença para a cobrança dos créditos do Município, procedendo à conversão do arresto em penhora, bem como, à penhora de todos os bens móveis e imóveis, ou créditos (na parte disponível) de que o executado seja titular.

2- Relativamente à Inspeção Ordinária ao Município de Pombal promovida pela Inspeção-Geral da Administração Local - IGAL, processo n.º 101500-10/2010, a qual decorreu durante o 2º semestre de



MUNICÍPIO DE POMBAL

2010, o Município foi notificado por aquela entidade inspectiva, em 15 de Março de 2011, para, nos termos do art.º 9º n.º1 das normas e procedimentos técnicos dos processos inspectivos da IGAL, conforme despacho N.º 16.174/2000 (D.R. II Série, N.º 183, de 09.08.2000, pág. 13.144), apresentar proposta em contraditório, a toda a matéria dos relatórios Principal e Parcelar N.º1, cujos relatórios lhe foram remetidos na mesma data. O Município foi ainda informado no mesmo ofício, que o relatório não podia ser divulgado fora do âmbito dos Órgãos da Autarquia, por a matéria averiguada ser de natureza confidencial, e que, após a recepção da resposta ou findo o aludido prazo, seriam emitidos os competentes pareceres pela IGAL e proferido despacho pela entidade tutelar competente.

O Município exerceu o contraditório em prazo (04 de Abril de 2011) e aguarda a decisão final da tutela.

3- No que respeita à informação solicitada no terceiro ponto, cumpre informar que o Município de Pombal propôs Acção Judicial contra o Banco BPI, S.A. no dia 11 de Maio de 2011. O processo tem o n.º1066/11.3TVLSB e corre termo na 12ª Vara Cível de Lisboa, 3ª Secção. O Banco já foi citado para contestar a acção, estando a decorrer o prazo para o efeito.

À Consideração superior,

O Vereador dos Assuntos Jurídicos, Notariado e Contencioso,
por delegação do Presidente da Câmara,
(Michäel da Mota António – Lic.)”

Relativamente à questão do funcionamento da Assembleia Municipal, disse que tem verificado, tendo sempre à sua frente o Regimento que herdou, que o mesmo tem imprecisões e lacunas pelo que consultou os líderes de Bancada acerca da criação de um Comissão para redacção de uma alteração ao Regimento da Assembleia, estando a aguardar que os nomes que virão a integrar a referida Comissão, lhe sejam sugeridos.

Nesta altura informou que tem havido, por parte dos elementos da Assembleia, algum “atropelo” em termos de “timing” quando justificam as faltas ou pedem suspensão, pelo que questionou alguns juristas com responsabilidades na função pública, acrescentando que tem em seu poder o parecer de um jurista, o Dr. João Pessa, que lhe foi indicado por uma Entidade com responsabilidade política no Distrito, o Senhor Governador Civil, que leu e abaixo se transcreve:

“Em relação à eventual substituição dos membros directamente eleitos, o legislador entendeu que estes podem ser substituídos nos termos do articulado dos art.ºs 47.º e 49.º da Lei, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, entendeu também, por outro lado, que os membros por inerência de cargo, os Presidentes de Junta, só poderão ser substituídos pelo novo titular do cargo com direito a integrar o Órgão, conforme o n.º 1, art.º 47.º da Lei.

Outra questão que importa esclarecer prende-se com as noções de falta e de ausência. Parecendo tratar-se apenas de uma questão de estilo, constata-se que o legislador lhe dá tratamento diferenciado, senão vejamos:

A falta verifica-se pela não comparência de um membro da Assembleia a uma sessão ou reunião, para a qual tenha sido regularmente convocado no momento da feitura da chamada inicial. O membro faltoso poderá, se assim o entender e quiser, solicitar que a falta lhe seja justificada, devendo para tanto, dirigir ele próprio, e ninguém por ele, um pedido escrito à Mesa, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir da data da falta.

Em caso algum poderá verificar-se uma falta sem que a sessão ou reunião se realize de facto, no tempo e na história, razão pela qual o pedido de justificação não pode ser anterior ao momento da chamada inicial.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Questão diferente desta é a do membro da Assembleia Municipal que, prevendo estar ausente, e aqui importa apenas a ausência inferior a 30 dias, por um período que compreenda a data para a qual está ou será eventualmente marcada uma sessão da Assembleia Municipal e que por isso vem solicitar a sua substituição. Esta possibilidade é admitida pelo legislador quando estabelece que esse membro, pretendendo fazer-se substituir, deve proceder à comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, indicando o início e o fim da ausência, em face do que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deverá convocar o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista. Coloca-se ainda outra questão que é a de saber o prazo limite para a comunicação da ausência em ordem à substituição. Considerando que os membros da Assembleia Municipal devem, nos termos do n.º 1 do Art.º 47.º da Lei, ser convocados com, pelo menos, oito dias de antecedência, sem que outro prazo seja excepcionalmente previsto, a comunicação de ausência por período inferior a 30 dias, se por via dela se pretende uma substituição, não pode ter um prazo superior, por forma a possibilitar a regular convocação do membro substituído, caso contrário, em nosso entender, apenas poderá lugar a uma mera justificação da falta.”

De seguida disse que esta será matéria a regulamentar por parte da Comissão.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

Armindo Carolino, que fez a intervenção que se segue:

“Eu pedi a palavra, apenas e só, para dizer duas coisas.

Uma, é pedir desculpa porque vou ter que me ausentar já a seguir à utilização da palavra e por isso agradeço ao Senhor Presidente ter aceite esta minha inscrição de imediato.

A segunda é para, dentro da Assembleia Municipal, tentar praticar um acto de justiça em relação ao meu Município através da Câmara Municipal eleita.

Alguns sabem que, até à meia noite eu tive a honra de exercer as funções de Governador Rotário do Distrito Rotário 1970.

Rotary é uma organização internacional, está em 212 países e circunscrições, tem 531 distritos e 34.000 clubes e 1.200.000 associados.

O Rotary Clube de Pombal, que fez 28 anos no dia 21 de Junho, entendeu propor, há três anos, que um dos seus elementos fosse indicado para Governador Rotário deste Distrito. Estamos a falar de 87 clubes rotários e de 2.120 associados do Distrito Rotário 1970 que geograficamente abrange parte da região centro e todo o Norte do País que tem, como limite sul, a linha definida pelas sedes dos Municípios da Marinha Grande, Leiria, Pombal, Ansião e Covilhã, comunidades onde existem outros tantos clubes rotários.

Como disse, tenho vindo a exercer essas funções com muita honra e com algum cansaço, mas esse pedipo por essas 87 comunidades, em contacto directo com os Clubes, o último dos quais, foi a honra que tive de entregar a carta constitucional ao Clube mais jovem do meu Distrito, ao Rotary Clube de Arcos de Valdevez, eu tive sempre, desde a primeira hora, uma colaboração absolutamente excepcional da parte do meu Município, através da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e eu entendi que, nesta Assembleia Municipal, e antes de ir presidir à transmissão de tarefas de dois Clubes da área do Porto que se vão realizar hoje, às 19H30, que havendo esta coincidência de haver uma Assembleia Municipal, devia ter esta palavra para com o meu Município.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara Municipal entregou-me todos os pins necessários que foram distribuídos pelo Mundo inteiro, na minha formação em San Diego, com os outros 530 governadores, sendo eu o 531.º, se calhar o mais humilde de todos, mas distribuí, desde os governadores do Japão, aos Governadores dos Países Africanos, da Europa, da Ásia e da América pins do meu Município, assim como ao visitar todos os Clubes do Distrito 1970, e como digo a partir do dia 5 de Maio passaram a ser 87, em todos eles foi entregue ao Presidente do Clube uma estatueta que identifica um grande estadista que foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, foi essa a prenda que eu elegi e que foi entregue, incluindo Trancoso onde não foi muito fácil entregar o Marquês de Pombal, na medida em que sabem que Trancoso é a terra de origem de todo o património fundiário dos Távoras, mas mesmo assim o meu Presidente de Trancoso aceitou essa entrega com a mesma alegria que eu senti em cada um dos outros Clubes, nomeadamente no meu Clube, o Rotary Clube de Pombal.

Finalmente, também queria dizer que, de uma maneira objectiva, a minha governadoria decidiu, e já fez essa entrega no dia da visita oficial ao meu Clube, do mais alto reconhecimento que o Rotary Internacional confere, quer a pessoas quer a entidades, e eu tive o prazer, cumprindo um acto de justiça, de entregar nas mãos do Senhor Presidente da Câmara o reconhecimento “Paul Harris”.

Portanto, minhas Senhoras e meus Senhores, caros companheiros de Bancada, caros camaradas do meu Partido, este acto de justiça tinha, na minha opinião, que ser feito hoje, aqui, e dizer que sempre, como munícipe deste Concelho, sentir-me-ei honrado por entender que o meu Município, no mundo internacional de Rotary é detentor do mais alto galardão que Rotary concede a quem colabora com esta instituição universalista que tem todo o seu trabalho dedicado ao social, ao humanitário, e que está absolutamente demonstrado nos resultados que há 25 anos o Rotary tem vindo a travar contra a poliomielite, no Mundo.

Em 1985 morriam de poliomielite, no Mundo, 200.000 crianças, e mercê do trabalho feito pelo Rotary Internacional, pela Organização Mundial de Saúde e por ajudas que vêm sendo dadas, a última das quais bem significativa, de Bill Gates e da sua fundação, no valor de quase 400 milhões de dólares, é bem patente o resultado, e hoje morrem ainda 2.000 crianças por ano, havendo um resultado positivo, em percentagem, de 99%.

Pensamos que nos quatro países onde ainda há poliomielite – Nigéria, Afeganistão, Paquistão e Índia - o mais tardar até 2015 estará a doença completamente erradicada.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, era isto que eu queria dizer e queria, do fundo do coração, dizer um obrigado ao povo do meu Município, ao Município de Pombal, agradecendo que relevem o facto de eu ter de me ausentar, porque na realidade tenho que ir presidir à última cerimónia, porque a partir do 1.º segundo do dia 1 de Julho, já outro é o Governador do Distrito Rotário 1970.”

Nesta altura ouve-se uma ovação.

Jorge Cordeiro, que fez a intervenção que se transcreve:

“Nesta minha intervenção gostaria de, antes de mais, deixar aqui os parabéns ao agora Deputado da Nação, Pedro Pimpão, pela sua recente eleição para Deputado à Assembleia da República e, portanto, apenas pedir-lhe que continue a por sempre os interesses do colectivo acima dos individuais, como a prática a que nos habituou, e dizer ainda que não está cá o Dr. João André Coelho, também foi candidato, mas independentemente de podermos ter visões diferentes de determinados assuntos, não tenho dúvida nenhuma que se tivesse sido eleito honraria Pombal, e que só perderam aqueles que não foram votar no passado dia 5 de Junho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A segunda nota que eu gostaria de referir nesta minha intervenção, e é de alguma forma recorrente porque já abordei o tema, prende-se com o papel dos autarcas e da sua importância na sociedade actual.

Aproveita-se a eventual necessidade da reformulação do mapa autárquico português para atacar os autarcas, aproveita-se a crise económica em que estamos mergulhados para os atacar. Nós sabemos que os autarcas são o verdadeiro front office da democracia portuguesa. Democracia significa, necessariamente, democracia de proximidade, não se concebe de outra forma que isso aconteça e, portanto, os cidadãos revêem-se, efectivamente, nas autarquias, sobretudo aqueles que têm papéis executivos e que o fazem com uma dose grande de voluntarismo, que, muitas vezes por responsáveis, ou pessoas que tiveram ou têm grandes responsabilidades neste País, se aproveitem destes dois aspectos para, muitas vezes, atacar de forma gratuita, os autarcas, e portanto, mais uma vez gostaria de relevar esse grande papel para a democracia portuguesa, repetindo aqui uma expressão “se o 25 de Abril não falhou, muito se deve às Autarquias Locais e ao Poder Local”.

Uma outra nota. Esta é a última Assembleia antes das chamadas férias grandes, nesta altura somos visitados, com todo o gosto, por eles que partiram há 50 anos, os nossos imigrantes, que hoje em dia voltam a ser recordados porque exportaram a sua grande força de trabalho nos anos 60, 70 e 80 e, portanto, saibamos recebê-los bem, como sempre soubemos. Uma homenagem também a esses pombalenses que, certamente, nos vão visitar muito em breve e dar um colorido especial à nossa terra, à nossa Cidade.

O último ponto tem a ver com o ambiente, e vou falar da terra onde vivo, a Aldeia dos Redondos, não o faço a título individual mas porque resulta de conversas, de queixas de munícipes, a propósito da A1 que passa perto, há 20 anos, e muito bem, mas que não tem barreiras sonoras e isso afecta, e muito, a qualidade de vida, sobretudo da parte Norte da Aldeia dos Redondos, com o barulho ensurdecedor que ali se verifica e, portanto, gostaria de deixar aqui uma nota para, junto da entidade concessionária da Auto-Estrada A1, esta tivesse em atenção a colocação de barreiras sonoras para obviar esse problema que afecta, de facto, a população da Aldeia dos Redondos, tal como a concessionária tem feito noutras zonas do traçado da Auto-Estrada do Norte.

Para terminar, ainda no capítulo Ambiente, recordar aqui, está no Plano, podendo ser um pormenor, para quando um ecoponto na Aldeia dos Redondos, que além do valor prático tem o valor simbólico de contribuir para a educação das pessoas, no tratamento dos seus resíduos, e, até sugeria que, paralelamente a essa eventual colocação que se deseja para breve, a mesma fosse acompanhada de acções esclarecedoras que pudessem ter um sentido mais lato junto da população.”

João Pedro Gonçalves, cuja intervenção se segue:

“Em 2008, no rescaldo do Bodo megalómano que foi realizado esse ano, eu escrevi um artigo no “Correio de Pombal” que antevia o Bodo 2009 e que falava também que, nesse Bodo 2009 que era um Bodo ideal, existiriam lá associações com a sua participação, com as suas actividades, poderiam vender produtos de maneira a financiarem-se para, de certa forma, o resto do ano.

Nesse Bodo megalómano que pretendeu transformar uma festa concelhia numa festa nacional, de um momento para o outro, e onde foram gastos “rios” de dinheiro que alguém teve que pagar, provavelmente todos nós, os contribuintes, em que foi feita uma propaganda fenomenal por uma Empresa Municipal, com um âmbito esquisito, chamada Pombal Viva, também com um director esquisito, Dr. Vilaverde, uma espécie de testa de ferro de uma máquina de propaganda do regime, é o meu entendimento, depois desse, o Bodo de 2009 correu bem, as Associações que quiseram vieram para o Bodo, eu sou Presidente de uma Associação e também estivemos presentes tal como no ano 2010, mas



MUNICÍPIO DE POMBAL

ao que parece, numa reunião breve que tive com o Senhor Vereador Dr. Diogo Mateus, parece que este ano não vai ser assim e que a Comissão organizativa do Bodo vai explorar todo esse tipo de comércio e as Associações não vão poder financiar-se, ou pelo menos, ter ali alguma autonomia para o resto do ano angariando fundos para as suas mais diversas actividades.

Acho que este é um retrocesso no relacionamento das Associações e o Bodo, não sei se ainda se vai a tempo de voltar ao mesmo, mas eu gostava que se voltasse atrás porque os anos de 2009 e de 2010 foram bons anos para as Associações e que a Câmara não vai perder muito dinheiro com isso, além de que como têm vários associados das várias actividades também promovem, de certa forma, a vinda de mais gente.

Fica aqui esta nota porque acho que é um retrocesso forte em termos sociais e associativos para o nosso Concelho e portanto está nas mãos do Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação Executiva, voltar à primeira forma ou, pelo menos, a uma parecida com a dos dois últimos anos.

Outro ponto é a questão dos limites das Freguesias de Carnide, Vermoil e Ilha. Gostaria de saber em que ponto é que está o processo, uma vez que houve avanços e recuos.”

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Vou começar por felicitar a Câmara Municipal de Pombal por algo que era um desejo de há muitos anos, aqui para Pombal, e eu tive algumas responsabilidades na Vereação do Desporto, que é a Pista de Atletismo.

A Pista de Atletismo foi inaugurada com brio, com umas jornadas de atletismo juvenil que trouxeram a Pombal muitas centenas de jovens e foi, naturalmente, o princípio de algo que pode ser a recuperação de créditos antigos que Pombal teve no atletismo e também de dar força àquelas Associações que, há vários anos, aqui no Concelho de Pombal, têm actividade desportiva regular no atletismo e que agora têm mais um instrumento para o seu progresso desportivo. Portanto, temos que estar todos satisfeitos com esta obra.

Naturalmente que, no desporto, há muitas outras coisas boas e outras menos boas, o Fernando Carolino é mais especialista desta matéria e costuma falar destes assuntos, ou aqui ou nos jornais.

Ainda na área do Desporto, eu gostava de falar de uma notícia que me agradou sobremaneira para Pombal, que foi o facto de haver uma Comissão Administrativa do Sporting Clube de Pombal, que integra o Pedro Roma, que é um atleta prestigiado nascido aqui, em Pombal, e que eu espero que consiga congregar à sua volta muitos outros pombalenses para dar uma dinâmica nova ao Sporting Clube de Pombal, que não é apenas futebol, mas colocá-lo no local que ele merece, e o local que ele merece é aquele que nós, na realidade, devemos pensar que é o que resulta do seu potencial humano e menos dos envolvimento financeiros que, às vezes, são incapazes de serem sustentáveis.

Portanto, esperemos que, quer no Sporting Clube de Pombal quer neste Concelho e, sobretudo, no País, nós consigamos ter uma realidade mais assente em bases sólidas do que propriamente em devaneios transitórios com objectivos de curto prazo, como estar numa 2.ª Divisão de Honra, ou numa 2.ª Divisão B, que por vezes não têm substrato.

Nós temos que apoiar os Clubes para que eles tenham as suas raízes no Concelho e que fomentem a prática desportiva com os jovens do nosso Concelho.

Dar também os parabéns à Câmara, neste caso, pelo apoio que teve nalgumas organizações de índole cultural, nomeadamente o Festival de Teatro de Pombal, e aqui com uma ressalva muito especial para o Teatro Amador de Pombal, que fez 30 anos, e que é uma colectividade de âmbito cultural com méritos firmados, que nós devemos apoiar, com muito empenho das pessoas que estão envolvidas, há muitos anos, e que com muita alma, muito coração, vão conseguindo manter aquele projecto vivo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Teatro Amador de Pombal está de parabéns por todas as realizações que tem conseguido aqui, em Pombal, e pelo País fora.

Naturalmente que nem só de teatro vivemos, em termos de Cultura, em Pombal. Houve espectáculos muito interessantes patrocinados ao abrigo do Festival de Música patrocinado pelo Orfeão de Leiria, e tivemos aqui a possibilidade, também, de assistir a bons espectáculos, nem todos com a assistência que mereciam. Naturalmente que a oferta cultural não abunda em todo o País, abunda nalguns centros urbanos, mas nas cidades mais pequenas vão aparecendo realizações que nos ajudam a estar mais próximo de uma realidade cultural que todos nós gostávamos que fosse melhor.

Tenho pena, quando se fala de Desporto, são as notícias do dia, que o Instituto D. João V, e isto já foi falado pelo Fernando Carolino, tenha deixado de ter a sua equipa de futsal, mas se calhar deixou porque tinha que deixar mesmo, em termos de realidade desportiva, e portanto, estamos a acordar finalmente para a realidade do País. Isto tem a ver com as eleições, tem a ver com a realidade local, com a situação a que chegámos, com o que é viver dentro de determinadas ilusões sem termos os pés bem assentes na terra e verificarmos qual é a nossa verdadeira dimensão como País, como gerador de riqueza com as suas empresas, com as suas pessoas, com as suas qualidades, com os seus defeitos.

Há gente muito válida neste País e, por isso, eu acredito, independentemente de quem está agora a governar o País, que será possível, com a colaboração dos três maiores Partidos com representação na Assembleia da República, e com a responsabilidade natural dos dois Partidos que se coligaram para o governar, que consigamos, acima de tudo, vencer a gravíssima crise económica que nos afecta, mas também a crise de valores da política que nos afecta de há muitos anos a esta parte, a crise de desconfiança., de descrédito, de desmotivação que perpassa pela sociedade portuguesa, porque esse é o nosso desígnio como portugueses, de forma a que este País, daqui a quatro anos, tenha uma situação bem melhor do que aquela que tem agora.

Eu quero acreditar que é possível fazê-lo, não vai ser fácil, todos nós sabemos quais são as condições que nos estão, à partida, impostas e, naturalmente, vamos ter de lutar muito, fazer alguns sacrifícios, mas eles têm que ser distribuídos por todos, não podem ser apenas pelo povo, pelos mais frágeis, pelas pessoas que têm as suas vidas ameaçadas pelo desemprego, pela doença, pela falta de mobilidade, e portanto, temos de esperar deste Governo, políticas que permitam, apesar de tudo, salvaguardar os mais fragilizados da nossa sociedade.

Para o Concelho de Pombal, para o meu País, para todos nós que aqui estamos a discutir, muitas vezes, questões superficiais que também têm lugar aqui, as prioridades, são conseguir, com todos os que estão em qualquer das Bancadas, com o Executivo, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fazermos o melhor para apontar bons caminhos para a nossa Autarquia, definirmos as prioridades de forma mais exigente, também nesta Câmara Municipal de Pombal, porque o que se vai passar para o País, será também um clima de exigência, cada vez maior, relativamente às prioridades que é preciso defender para Portugal.”

Odete Alves, que usou da palavra como se segue:

“Perante os resultados eleitorais das últimas eleições legislativas, não podia esta Bancada deixar de aproveitar esta ocasião, exactamente, para felicitar o PSD pela sua recente eleição para o Governo de Portugal e, particularmente, ainda que ele não esteja presente nesta sessão, felicitar o Vereador Pedro Pimpão pela sua também recente eleição como Deputado da Assembleia da República e desejar-lhe ainda as maiores felicidades e o maior sucesso nas suas funções.

Gostaríamos ainda de aproveitar esta ocasião para manifestar ao Senhor Deputado, agora nosso Deputado, todo o apoio e dizer-lhe que esta Bancada não deixará de lhe dar conhecimento de todas as



MUNICÍPIO DE POMBAL

situações pertinentes e urgentes para o desenvolvimento do Concelho e para o bem estar dos munícipes e que possam por ele também ser defendidas na Assembleia da República, que é o palco ideal para que isso possa acontecer.

Cremos, sinceramente, que o Deputado Pedro Pimpão terá ao seu alcance condições excepcionais para defender o nosso Concelho e a nossa região e estaremos, por isso, atentos à sua actuação, nesse sentido.

Os portugueses, de uma forma expressiva, fizeram a sua escolha, operando-se assim uma mudança política extraordinária, o PS passa agora a figurar como Partido da oposição, mas isto não significa, de forma nenhuma, que o PS se irá demitir das suas responsabilidades.

Os tempos são difíceis, todos nós conhecemos as dificuldades que enfrentamos e será necessário o trabalho de todos, a seriedade e a solidariedade política também, no sentido de conseguirmos superar esta crise e até de reduzir o impacto dos efeitos da crise na vida dos portugueses.

Esta Bancada está, por isso, vigilante e atenta às políticas e decisões desta nova coligação e ao cumprimento dos compromissos que já tinham sido assumidos, pelo Governo anterior, para o Concelho de Pombal, designadamente, a ampliação do Centro de Saúde de Pombal, a ampliação do Centro de Saúde da Guia, o apoio à construção da Unidade de Cuidados Continuados, a requalificação do IC8 e ainda a garantia da comparticipação comunitária do abastecimento de água em alta e rede de saneamento básico.

Os resultados eleitorais permitem ainda ao PSD viabilizar a aplicação do seu programa de compromissos eleitorais, assumido em período de campanha, e esta Bancada estará especialmente atenta ao cumprimento desses compromissos, não só para o Concelho de Pombal, mas também para o Distrito de Leiria, entre os quais, a construção do novo hospital de Pombal, a construção do nó Meirinhas/Barracão, na A1, a requalificação do IC2 com a construção de passagens desniveladas, a requalificação da linha do oeste, a abertura ao tráfego civil da base aérea de Monte Real, entre outras. Esperamos ainda que estes compromissos sejam integrados no Programa de Governo que está a ser discutido no dia de hoje e que também será discutido no dia de amanhã, na Assembleia da República, e que, mais uma vez, o Deputado Pedro Pimpão, lute até ao limite das suas forças, e, em nome de Pombal e do Distrito de Leiria, pela concretização destes compromissos, e também que vá prestando conta da evolução dos trabalhos nesse sentido e que dê conta disso, quer à Câmara, quer a esta Assembleia.

Gostaríamos também de o fazer agora porque regimentalmente não temos outro momento para o fazer, de questionar a Mesa sobre o enquadramento legal que foi seguido para aditar à ordem de trabalhos o ponto 2.7 que diz assim: “Apresentação da Proposta para a Casa da Juventude em Pombal – Emissão de parecer”. Ora, tendo em conta o disposto no art.º 46.º-A, n.º 1 alíneas e) e d) do Quadro de Competências, parece-nos que, compete à Mesa, apenas, admitir as propostas da Câmara Municipal, obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da assembleia, e encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia, dos grupos municipais e da câmara municipal, já o Regimento, no seu art.º 13.º, n.º 2, alínea f) diz que compete ao Presidente da Assembleia submeter a admissão e pôr a discussão as propostas e moções que lhe forem apresentadas. Da análise do documento que nos foi remetido, via e-mail, juntamente com o aditamento à ordem de trabalhos, constata-se que se trata de uma proposta apresentada pela JSD, dirigida à Câmara Municipal de Pombal.

Não se trata, portanto, de uma proposta apresentada pela Câmara, nem por nenhum membro desta Assembleia, nem por nenhum grupo municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assim, entendemos, salvo melhor opinião, certamente o Senhor Presidente saberá porque motivo é que aditou à ordem de trabalhos este ponto, mas cremos não haver enquadramento legal, para considerar este ponto na ordem de trabalhos e aditá-lo e, portanto, este ponto terá, forçosamente, que ser excluído, sob pena de estarmos aqui a cometer uma ilegalidade.

Refira-se ainda que não podemos passar à apresentação deste ponto e muito menos à emissão de parecer, sem sequer haver uma deliberação sobre a sua admissão, ou não.

Este é o nosso entendimento e, portanto, deixamos esta nota à Mesa, para que tenha isto em consideração, antes de iniciarmos a ordem de trabalhos.”

Andreia Marques, cuja intervenção se segue:

“Hoje dirijo-me a vós com um imenso orgulho e com tamanha satisfação, não só em nome pessoal, nem somente em nome das centenas de jovens que militam na JSD, hoje dou voz aos milhares de jovens pombalenses e leirienses.

Estes milhares de jovens para além de terem recuperado a esperança que teimaram em roubar-lhe até ao passado dia 5 de Junho, para além de verem a sua real vontade de mudança a dar os primeiros passos, estão agora orgulhosos e gratos ao jovem Pedro Pimpão!

O Pedro Pimpão é agora um exemplo para todos estes jovens, um exemplo de que a política com valores ainda vale a pena, a política com causas está viva, a dedicação e o empenho em prol dos outros, em prol da sociedade ainda é valorizada. Prova disso é a eleição do Pedro Pimpão, um político que assume todas estas qualidades e que por isso viu o seu mérito, mais uma vez, reconhecido.

O seu percurso pessoal foi muito para além da política, desde cedo começou a traçar o seu percurso público com participação em associações do meio desportivo, com anos de dedicação ao escutismo, dando o seu contributo a associações estudantis e juvenis, sempre com uma forte e permanente ligação a Pombal e às suas gentes.

É certo que o seu percurso está fortemente marcado pela sua intensa actividade política, que como em tudo na vida tem desenvolvido de forma íntegra, com princípios, com a simplicidade e dedicação que todos lhe reconhecemos.

Esta sua postura que, infelizmente não é tão comum como deveria ser na política, valeu-lhe o voto de confiança de muitos e muitos jovens que apesar da sua descrença na política e nos políticos, acreditam no Pedro. Valeu-lhe também o voto de confiança de muita gente que não sendo do PSD se revê na abnegação que coloca em tudo o que faz. A expressiva votação verificada no nosso concelho é prova disso.

É um orgulho para os jovens pombalenses, em especial para os da JSD que vêem o Pedro Pimpão fazer história, ao ser o primeiro jota de Pombal a chegar ao Parlamento. Ainda para mais, quando a sociedade exigiu a renovação da classe da política, apostando nas novas gerações a sociedade confiou este derradeiro momento do país a novos rostos. E, o Pedro Pimpão não poderia ter sido o melhor contributo de Pombal e de Leiria para esta mudança.

Agora, grandes desafios se lhe colocam, a situação calamitosa em que se encontra o país vai, mais do que nunca, necessitar do empenho de todos, a começar pelo governo e pelos deputados que terão sobre si todas as atenções concentradas. Neste, que é até agora o maior desafio da vida do Pedro Pimpão, não duvidamos da sua enorme capacidade de trabalho, sabemos que como tem feito até aqui desempenhará este cargo com um extremo profissionalismo e com o altruísmo que lhe é natural.

Estamos cientes de que apesar das dificuldades estará à altura de defender os interesses dos jovens e, sempre que a isso for chamado, saberá defender o melhor para o seu país, o melhor para o seu distrito e sobretudo o melhor para o seu concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Da nossa parte só lhe podemos garantir que estaremos sempre ao seu lado para defender o melhor para todos, desejando-lhe a maior força e as maiores felicidades neste novo projecto.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Muito se passou no nosso Concelho e no país, desde a última Assembleia Municipal, e por serem tantos os temas a abordar e as questões fora do âmbito da agenda a serem apresentadas, divido esta minha intervenção em dois momentos: O primeiro momento versando o aspecto nacional e o segundo momento versando o aspecto mais local, com constatações e questões.

No momento nacional desejo felicitar pessoalmente os vencedores das recentes eleições legislativas, o PPD-PSD, mas com isso, desde já recordar as promessa eleitorais feitas e fazer sentir que do dizer ao fazer vai uma longa distância.

Por dois momentos já foi possível sentir uma visível dispersão, na eleição do Presidente da Assembleia da República, nada nobre, e agora na apresentação de uma vastíssima panóplia de Secretários de Estado que vão secundar um Governo diminuto de Pastas.

Bem, o tempo dirá, como é que independentes imbuídos em bem fazer, assim me parece, se vão dar com as máquinas partidárias que tomaram assento no Governo da Nação.

Hoje mesmo, em sede de Assembleia da República, a discussão do Programa deste Governo que, sabendo de antemão, existem medidas a serem aprovadas, estas vão, certamente, afectar a saúde e a educação de muitos de nós, portugueses.

A nossa Saúde deixa-nos doentes, com umas valentes dores de cabeça, para reinventar o dia-a-dia, e a Educação, com a proliferação dos impropérios dirigidos à classe política em sentido transversal, a iniciar, desde já, com a primeira medida apresentada, hoje mesmo, pelo Senhor Primeiro Ministro, num corte de 50% no subsídio com sede de IRS.

Com tempo tudo se vai aclarar e, dando tempo ao mesmo, certamente um homem chamado de Coelho, deveria ser apelidado de lobo e esperamos, em uníssono, que portas não se fechem, para que isto não acabe, uma vez mais, sem ter enfim, algo seguro.

Passando ao segundo momento da minha intervenção, subdivido este em tristezas e alegrias, lembranças e constatações e concludo com questões que gostava de ver aqui respondidas.

Tristezas, a descida do Sporting de Pombal a uma Divisão inferior, no Futebol Nacional e, em consequência disso, o vazio directivo e as acusações deixadas no ar a este elenco camarário, pela forma como se comportou em final de época.

Tristeza na decisão revogável de um clube, como o Instituto D. João V do Lourical, em acabar com a actividade desportiva federada, nomeadamente, com a sua equipa de futsal. Fica na memória êxitos conseguidos e o exemplo de como “fazer omeletas com poucos, mas ovos de qualidade.”

Para além disso, o facto de, o Guiense ou o Colégio João de Barros, terem estado em finais, uma distrital outra nacional, e não ter sido possível a conquista dos títulos respectivos. A Taça Distrital em Futebol da Associação de Futebol de Leiria e a Taça de Portugal da Federação Portuguesa de Andebol. Certamente não foi por falta de motivação nem de empenho que tal não sucedeu, foi manifesta falta de sorte e, num futuro próximo, haverá certamente oportunidade de rectificar tal e, a ser feito, a tal conquista.

Por falar em conquistas., as alegrias. O TAP comemora 30 anos, satisfação também pela comemoração de mais um aniversário dos Bombeiros Voluntários de Pombal e desde já se ter dado o mote para que, daqui a um ano, se comemorem os 100 anos daquela Instituição, pese embora as dificuldades que se desenham no horizonte, face ao período difícil e naturalmente circunscrito ao tempo que vivemos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Motivo maior é a inauguração da novel Pista de Atletismo de Pombal, uma valência que nos enche de orgulho, pois se existe investimento avultado, num activo como aquele, certamente será um daqueles que mais usufruto dinâmico efectivo irá trazer. A festa foi simpática, e a participação importante, acima de tudo, inscreveu-se mais uma vez o nome de Pombal no mapa das Cidades a ter em conta como futuros pólos de desenvolvimento desportivos e culturais.

Felicitar, finalmente, o Senhor Presidente da Câmara, pela sua eleição para os órgãos sociais da Região de Turismo Leiria/Fátima e desejar-lhe sorte para as decisões que aí vêm e que devem ter que tomar.

Constatações. Estas ficam pelo facto de estar concluído e sentenciado o caso de desfalque que esta Edilidade sofreu num passado recente. A pena a que o réu foi condenado, certamente, é aquela de justa considerada como devida. Agora temos de retirar deste caso as ilações necessárias para o futuro. Deste processo, como já aqui o afirmei, temos que retirar várias conclusões, as jurídicas, as administrativas, as sociais e as políticas.

As primeiras foram agora publicitadas pela pena aplicada; das administrativas temos o conhecimento que se procederam a correcções e alterações, comunicadas a esta Assembleia, por diversas ocasiões, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal; das sociais, ficam as opiniões, de cada um de nós, perante o caso; finalmente, das políticas, ficam as afirmações feitas no final da leitura do acórdão do Senhor Presidente da Câmara, que disse aos jornalistas que iria dar entrada no Tribunal uma acção contra o BPI, onde estava sedeada a respectiva conta Bancada.

Na altura, considerou o Senhor Presidente, que o Banco em apreço permitiu que a conta em apreço tivesse sido movimentada à margem da Lei, pois esta obriga sempre a duas assinaturas, sendo uma delas a do próprio Presidente, por outro lado, ao abrigo de uma Lei de 2009, e sem prejuízo daquela acção judicial, o Senhor Presidente afirmou que já tinha oficializado ao BPI para que fosse reposto o dinheiro desviado, uma vez que a conta foi movimentada sem autorização do seu titular, o Município de Pombal, assim, tenho várias questões a colocar, iniciando precisamente por este tema.

Já aqui foi, hoje, informado o ponto de situação quanto ao processo da intenção da apresentação de queixa em Tribunal da entidade Bancária envolvida neste caso, no entanto, gostaria de saber se o dinheiro subtraído da conta já foi reposto na mesma, regularizando assim o desígnio primeiro da Câmara?

Mudando de assunto, exonerado o Senhor Governador Civil de Leiria, que posição toma a Câmara Municipal de Pombal perante esta atitude, sabendo que a extinção do cargo advém de uma futura revisão da Constituição da República, e que este órgão governativo é responsável por áreas como a Protecção Civil e Segurança Rodoviária no nosso Distrito?

Aproveitando a deixa, Senhor Presidente, se pode dar o ponto de situação do evoluir das pretensões das gentes da Guia, nomeadamente no que diz respeito à segurança rodoviária daquela população. Como é que se encontra o projecto aprovado, desde 2003, por esta Câmara, para solucionar o problema que graça a Guia e que já fez, esta Edilidade, para garantir uma requalificação do troço em questão, no caso a E.N.109?

Finalmente, e ainda na Guia Oeste, que condições são aquelas que devem estar reunidas para cumprir a promessa feita recentemente aos guienses, com a construção de um pavilhão gimnodesportivo, balneários, bancadas e campo de relva sintética, entre outros.

Saudar aqui a aquisição da denominada “Casa dos Varelas” por parte da autarquia, mas desde já colocar a questão. Já se sabe para que vai servir? Que futuro vai ter aquele património imobiliário, uma Casa de Juventude, um Museu? Continuo a afirmar que é dinheiro bem investido, desde que o



MUNICÍPIO DE POMBAL

projecto não seja para deixar cair por terra sem objectivo nem concretização. Aguardamos desenvolvimentos.

Da candidatura ao Programa de Estágios Profissionais da Administração Local – PEPAL, que aqui foi tão saudado pela Bancada do PSD, e dos 14 jovens não serem naturais ou residentes no Concelho, o Senhor Presidente não escondeu o seu descontentamento por a selecção dos estagiários, que iniciaram funções a 1 de Junho, neste Município, ter sido realizada pela Direcção Geral das Autarquias Locais. Isto fez com que os candidatos de Pombal fossem colocados em outros Concelhos do País e que de outros locais aqui fossem colocados, só não entendo o porquê de ponderar desistir deste projecto. Que razões o motivaram a ter essa ideia? Foi a dos candidatos não serem de Pombal ou a forma de se fazer a selecção dos mesmos para estes estágios?

Senhor Presidente, explique-nos, de uma vez por todas, o caso com a TVI. TVI que parece ser useira e vezeira em polémica política, Afinal, talvez houvesse razões para ter queixas contra aquela estação emissora, mas sinceramente, o que foi que aconteceu com a transmissão do programa onde V. Ex.^a esteve presente? É que eu próprio assisti à emissão no dia 12 de Junho e não vislumbrei nada que fosse tão escabroso que tivesse adiamentos sucessivos da transmissão do programa. Claro que numa análise geral me parece um programa decididamente condicionado e manietado, quer nas reportagens extremamente íntimas, quer nas respostas às perguntas, onde me pareceu haver cortes editoriais, mas por favor, Senhor Presidente, esclareça-nos deste “fait divers” para que os pombalenses fiquem a saber com o que lidam, no panorama jornalístico nacional.

Finalmente, felicitar mais uma vez, a eleição directa do meu prezado amigo e companheiro, Senhor Vereador Pedro Pimpão, pela sua eleição como Deputado e aqui deixar uma questão que é singela mas, contudo, composta e de importância, que é saber o seguinte:

Se o Senhor Vereador em questão, primeiro, suspendeu o seu mandato como Vereador desta Câmara, quando decorreu todo o período pré-eleitoral e eleitoral, em conformidade com as directivas emanadas do próprio Presidente do Partido PPD/PSD para todos os candidatos que exerciam actividade autárquica, e, em segundo lugar, saber se vai manter o lugar de Vereador, mesmo sem pasta, e qual a vantagem de tal situação se verificar.

Para concluir. Afirmou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal que, passo a citar: “Muito desiludido se não houver uma mudança de Governo”. Disse-o quando recebeu, neste Salão Nobre dos Paços do Concelho, os candidatos do PSD por Leiria, a Deputados.

Senhor Presidente, não fique desiludido, já há mudanças no horizonte. O Governo agora empossado é pequeno em pastas mas muito maior em Secretarias de Estado e respectivos assessores, constato até que tem uma Subsecretária de Estado. Este Governo tem muito mas mais importantes independentes, mas controlados por carreiristas dependentes, e como vê, o seu desejo confirmou-se. O Senhor, certamente, não estará desiludido, aliás, penso que o Senhor já naquele dia, disse o que sabia que ia acontecer e que ia acontecer?

João Santos, cuja intervenção se transcreve:

“Nesta que é a minha primeira Assembleia Municipal enquanto membro da mesma, não poderia deixar de usar da palavra, para enquanto jovem me congratular por mais dois significativos sinais muito positivos que este município deu aos jovens pombalenses.

Começo pela recém-inaugurada pista de atletismo construída no estádio municipal, que veio dotar Pombal de condições ímpares para a prática deste desporto e das suas modalidades.

Sendo Pombal um concelho com uma vasta tradição nesta modalidade desportiva, tendo várias colectividades praticantes da mesma, com centenas de jovens nos escalões de formação e, tendo



MUNICÍPIO DE POMBAL

inclusive alguns títulos que muito honram todos os pombalenses, esta é sem dúvida uma infra-estrutura de excelência.

A acrescentar à pista de Inverno que tem vindo a ser instalada na Expocentro, Pombal é agora, também, reconhecido nacionalmente como um pólo de excelência da prática de atletismo.

Mais uma vez o Município investiu numa infra-estrutura desportiva a juntar às muitas que já existem no concelho, desde gimnodesportivos a polidesportivos, incrementando assim a prática desportiva e promovendo a formação integral dos jovens, proporcionando uma ocupação saudável dos seus tempos livres. E é assim que Pombal continua a implementar de forma transversal políticas de juventude.

Outro sinal extremamente positivo que este município deu aos jovens pombalenses prende-se com a recém aquisição de um edifício na zona história destinado ao arrendamento jovem.

É uma proposta da JSD que foi incluída no programa eleitoral autárquico do PSD, mas é sobretudo uma grande vitória dos jovens que são diariamente afectados pelo flagelo do desemprego, que cada vez mais vêm a sua emancipação a ser adiada indefinidamente, propiciada em muito pelas alterações legislativas dos últimos anos relacionados com o Porta 65, que resultou na exclusão de milhares de jovens do apoio ao arrendamento jovem.

O Município de Pombal, mais uma vez, mostrou uma sensibilidade e uma preocupação com aqueles que são o futuro, os jovens.

Fazemos votos para que esta tendência de revitalização do nosso centro histórico se acentue, pois, digam-me, haverá melhor maneira de dar vida a um local, que não seja colocar lá a força da juventude?

Estamos certos que este é um grande e imprescindível passo para o ressurgimento desta zona da cidade, porque atrás da fixação dos jovens seguir-se-á a implementação de espaços de restauração e recreio e a consequente dinamização da economia local.

Por fim, resta-nos apelar a todos os agentes implicados, nomeadamente os proprietários para que facilitem a concretização destes projectos que serão benéficos não só para os jovens, mas também para todos os pombalenses que ganham um centro histórico mais atractivo.

Este é mais um projecto que tornará este mandato autárquico especialmente exímio no que ao campo da juventude respeita.”

Victor Gomes, que fez a intervenção abaixo:

“Eu vou fazer uma intervenção breve e versar sobre o tema ambiente que, como todos sabem, é-me bastante caro.

Vou falar fundamentalmente de três coisas. As inundações ocorridas em 2005, sobre o passeio ribeirinho que está em construção até ao Açude e sobre as sucatas.

Começando pelas inundações, estão decorridos 5 anos após estas terem acontecido, em Pombal, com os avultados prejuízos materiais e humanos conhecidos, portanto, será porventura tempo de fazer um balanço do que é que foi previsto realizar para que, futuros acontecimentos destes, não tenham lugar na nossa terra.

Estamos no Verão, mas não é em tempo de guerra que se limpam armas, portanto será atempadamente que se devem prever estes problemas e tentar resolvê-los e gostaria de saber o que é que a Câmara já fez, quais foram os projectos efectuados, quais as obras executadas, quais as verbas atribuídas, enfim, o que é que já está feito para que coisas destas não voltem a acontecer?

É sabido que, há cerca de dois meses atrás, durante uma forte chuvada nocturna, houve uma violenta inundação que, felizmente, não causou prejuízos de maior, e estas coisas têm que estar prevenidas no nosso Município.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação ao passeio ribeirinho, que vai da Cidade ao Açude, eu congratulo-me com esta realização porque é um anseio da minha e de gerações anteriores e, possivelmente, de gerações futuras. É de dar parabéns à Câmara por esta iniciativa que já tarda mas vale mais tarde que nunca.

Ora bem, é sabido que o Açude de Flandes, é um espaço onde gerações anteriores à minha, a minha e outras posteriores, ali tomavam banho e aprendiam a nadar, ricos e pobres, era talvez o espaço mais democrático de Pombal, é um lugar que me diz muito e o passeio ribeirinho é de louvar mas, e há sempre um mas, não basta fazer um passeio ribeirinho, fazer obras no Açude, embelezar aquela zona, e depois termos lá lixo para tomar banho, não é preciso gastar dinheiro, basta fazer cumprir a Lei a montante, aos responsáveis pela poluição do rio que já deviam estar identificados e eu refiro alguns, porque há mais, os que dejectam para o rio lamas cerâmicas, as pocilgas, junto ao rio, que não fazem o tratamento dos esgotos, os esgotos domésticos, porque há pessoas que têm os esgotos ligados para o rio e não me refiro só ao rio mas também às ribeiras que confinam com o rio.

Isto tem um trabalho de fiscalização e limpeza, tem que ser eliminado, senão não vale a pena estar a fazer este investimento à beira do rio.

Ainda em relação ao rio, o percurso pedonal fez-me lembrar uma rábula feita pelo Raul Solnado, no tempo do Zip Zip, quando ele entrou na Auto-Estrada em Lisboa e quando chegou a Vila Franca perdeu-se pelos atalhos e quando encontrou a Auto-Estrada já estava a chegar ao Porto, e ali no Açude, certamente, vai acontecer a mesma coisa, porque o percurso está cortado uns 80 metros, voltamos para trás, vamos pelos atalhos e depois, mais à frente, encontramos outra vez o caminho.

Relativamente ao Açude e ao Rio, esta Câmara Municipal tem uma Vereadora do Ambiente a tempo inteiro, e essa Vereadora devia mostrar serviço e devia resolver estes problemas, pelos vistos, o ambiente aqui, em Pombal, da maneira como tem estado a ser tratado, é zero.

Em relação às sucatas, uma das minhas primeiras intervenções neste hemicycle foi para a problemática dos sucateiros ilegais e naquilo que provocam quer ambientalmente, quer visualmente.

Há sucatas espalhadas por todo o lado, junto ao rio, ribeiras, é onde se quer.

Na altura foi respondido que estava a ser feito o levantamento das sucatas. O levantamento, dois anos depois deve estar feito, não devem ser assim tantas sucateiras.

Eu gostava de saber quantas sucateiras foram identificadas, quantos autos foram levantados, quantas sucateiras foram notificadas, quantas foram legalizadas e quantas foram limpas e encerradas, fazendo cumprir a Lei.

É tempo do Município justificar alguma coisa em relação ao ambiente e fazer alguma coisa pelo ambiente que pelos vistos tem sido muito pouco.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** informou o seguinte:

“Acerca do ponto levantado pela Dra. Odete Alves, tive oportunidade de reunir com os elementos da Assembleia que apresentaram a proposta sobre a Pousada da Juventude e a Mesa resolveu tomar a seguinte decisão.

O documento está dirigido à Câmara, deve ser a Câmara a remetê-lo à Assembleia se for caso disso.”

Pedro Brilhante, que usou da palavra como se segue;

“Minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar gostaria de salientar o enorme orgulho com que a JSD hoje se apresenta perante esta assembleia. O orgulho do trabalho realizado e que hoje apresentamos... do dever cumprido, honrando os nossos compromissos para com os jovens pombalenses... da homenagem justa e sentida que prestamos à herança que nos foi legada e aos muitos presidentes e direcções da JSD que no passado já o defenderam, casos de Anselmo Vivas, Pedro Pimpão, João Pedro Ferreira e, actualmente em funções, a presidente Andreia Marques... mas orgulho,



MUNICÍPIO DE POMBAL

sobretudo, da certeza de que hoje, se fará justiça aos jovens deste concelho e se reconhecerá efectivamente a sua importância, valor e mérito.

Dito isto, comunico a esta assembleia, que no passado dia 24 de Junho a actual direcção da JSD apresentou, numa reunião com o Sr. Presidente de Câmara Eng. Narciso Mota, a proposta que prevê a instalação de uma Casa da Juventude no recém adquirido edifício, comunmente conhecido como, a “Casa dos Varela”. Proposta que foi enviada a cada um dos senhores deputados e que hoje apresentamos.

Sem perder muito tempo e visto que todos tiveram a oportunidade de consultar o documento, referir apenas alguns aspectos fundamentais que dão forma a este projecto.

Comecemos a análise do documento a partir da tabela presente na página 4 referente ao diagnóstico da situação actual. Nesta podemos constatar que é notória a falta de alternativas para muitos dos problemas que atingem actualmente os jovens do nosso concelho e as associações por estes compostas: a falta de sedes para as associações juvenis e espaços para as reuniões das mesmas; falta de um espaço polivalente de média dimensão destinado a acolher actividades dos mais variados âmbitos (sejam musicais, culturais, artísticos, entre outros); a falta de um alojamento de baixo custo com o âmbito de atrair jovens visitantes e turistas; e a falta de uma sala de ensaios para as inúmeras bandas pertencentes ao nosso concelho são as lacunas apontadas e para as quais urge uma forte, real e eficaz solução.

Aqui aparece, caros membros desta assembleia, a referida Casa da Juventude de Pombal. Esta propõe colmatar todas as lacunas referidas, visto que, como podemos constatar na página 15, todas estas valências são efectivamente parte integrante da mesma. Propomos que esta seja equipada de varias salas destinadas ao alojamento das sedes das associações e de uma sala de reuniões comum, de dimensão generosa e devidamente equipada. Deste modo damos resposta às inúmeras associações que actualmente se encontram sem tecto, melhorando, ao mesmo tempo, as suas condições de trabalho e potenciando as suas actividades.

Relativamente ao alojamento de baixo custo, propomos que seja integrada neste projecto aquela que nos parece a melhor alternativa e, sob todos os pontos de vista, a que mais se adequa à cidade de Pombal, propomos a instalação de um HOSTEL. Este é composto por dormitórios partilhados ou individuais, equipados com camas beliche, de casal ou mesmo individuais. A sua tipologia, o seu baixo custo e a sua localização mais do que privilegiada (junto das estações rodoviária e ferroviária) conjugam a melhor das opções no que toca ao alojamento e turismo jovem, em detrimento de uma proposta já conhecida da implementação de uma pousada da juventude neste mesmo local. A opção que propomos é, efectivamente, muito mais abrangente, mais atractiva, mais económica, mais adequada à realidade do concelho e, não menos importante, não necessita nem está dependente da intervenção do IPJ, como é o caso da Pousada da juventude.

Por fim, e a juntar a todas as propostas já referidas, propomos a inclusão de uma outra que é também, acreditamos, de grande importância para os jovens. A inclusão neste espaço de um Gabinete de Apoio à Saúde Jovem, sendo o seu funcionamento semelhante ao de um CAJ, pertencente ao IPJ e instalado com imenso sucesso em varias cidades do nosso país. Os objectivos deste gabinete são apoiar e esclarecer as dúvidas dos jovens relativas à sua saúde, sexualidade entre outros, acompanhando e prevenindo os seus comportamentos referentes aos mesmos assuntos. Neste caso, a alternativa conhecida é a do planeamento familiar pertencente ao centro de saúde, ao qual muitos jovens não acedem, receando o factor sigiloso, não dos excelentes profissionais que ali trabalham mas das próprias instalações onde podem cruzar-se com um qualquer conhecido ou familiar. É imperativo



MUNICÍPIO DE POMBAL

encontrar uma rápida resolução para esta situação, com vista a melhorar o acesso dos jovens a este tipo de ajuda, prevenindo, deste modo, a ocorrência de comportamentos de risco, orientando e educando os jovens para uma vida saudável em toda a sua plenitude.

Sr. Presidente, testemunhámos e registámos a sua posição e postura relativa a esta proposta que lhe foi apresentada pela direcção da JSD. Testemunhámos e acompanhamos a sua posição, postura e preocupação que sempre assumiu, em conjunto com o seu executivo ao longo dos vários mandatos, pelos assuntos relativos à juventude e aos jovens deste concelho. Sabemos o que foi feito, o muito que foi feito, o que ainda pretende fazer pelas causas juvenis e as aposta que serão feitas com implicação directa na vida de todos os jovens do nosso concelho.

Por todas estas razões, Sr. Presidente, acreditamos que em conjunto com o seu executivo, saberá reconhecer a importância e a pertinência da solução que propomos. Saberá reconhecer que se trata de uma aposta real, eficaz e fundamental na juventude pombalense e nas suas já referenciadas capacidades. Assim como esperamos, que os caros colegas deputados, o façam de igual modo, apoiando, reforçando, e legitimando, ainda mais, esta proposta.

Nós na JSD acreditamos que esta é uma altura única para implementação desta medida. Uma altura única para se fazer uma real e verdadeira aposta nas capacidades dos jovens e do próprio concelho. Acreditamos que este é, efectivamente, um projecto de valor estratégico, fundamental e impulsionador para o desenvolvimento dos jovens e consequentemente, para o futuro de todo o concelho.”

Pedro Santos, cuja intervenção se transcreve:

“A reorganização da rede escolar resultou, em meados do ano de 2008, de um trabalho conjunto do Ministério da Educação com as Autarquias, através da identificação, no terreno, das necessidades da recuperação ou construção de estabelecimentos de ensino.

Resultado deste programa nacional de requalificação da rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, os novos Centros Escolares vieram garantir a igualdade e qualidade de acesso a extractos educativos, possibilitando o enquadramento das exigências, transformações e expectativas de qualidade, que existem hoje no sistema educativo, eliminando a diferenciação entre escolas grandes e pequenas, entre escolas urbanas e rurais, promovendo uma verdadeira igualdade entre todas as crianças do Concelho, no entanto, depois de inaugurado o Centro Escolar de Carnide, em 2009, e os Centros Escolares de Abiul, Fonte Nova, Albergaria dos Doze, Redinha e Vieirinhos, em 2010, chegamos a meio do ano de 2011 com 11 Freguesias do Concelho de Pombal sem um único centro escolar.

O Centro Escolar de São Simão de Litém ainda se encontra em obras. Quando será inaugurado? E o Centro Escolar da Ilha, quando está previsto o início das suas obras? E Freguesias com um maior número de população em idade escolar como o Louriçal, Almagreira ou Mata Mourisca? E as restantes Freguesias, para quando está prevista a construção dos seus Centros Escolares que têm apoio financeiro do QREN?”

Avelino António, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Pretendo com esta minha intervenção solicitar ao Departamento de Urbanismo, aos seus técnicos, mais atenção com o licenciamento de obras particulares na Freguesia de Meirinhas.

Em primeiro lugar recomendo que seja cumprido integralmente o Regulamento Municipal e que não haja cedência a chantagens ou a favoritismo venham eles de onde vierem.

No caso em concreto, refiro que foi licenciada uma obra que teria de cumprir um afastamento do eixo da via de 3,25m, construir um passeio com 1,75m e um lugar de estacionamento. Parecia estar tudo certo, só que a largura da estrada tem 7,5m, logo, cada faixa de rodagem tem 3,75m e não 3,25 como



MUNICÍPIO DE POMBAL

teria sido aprovado no projecto. Como o proprietário tem licença aprovada para construir o passeio a 3,25m da via, passa logo a contar com 50cm do asfalto da faixa de rodagem para construir o passeio. Isto gerou uma confusão de tal ordem que foi preciso demover o homem para não cortar os 50cm da faixa de rodagem que foi paga pelo erário público.

Claro que o proprietário inicia as fundações do muro à frente da vivenda, apenas a cerca de 1,35m do asfalto, quando teria de ser a 1,75cm. Aí começa a confusão.

Pedi a intervenção da fiscalização e deslocaram-se ao local dois fiscais e dois Vereadores, isto foi o que me foi dito, eu não estava no local.

Passados alguns minutos da ordem de suspensão da obra, o proprietário, meu vizinho e amigo, liga-me e diz-me: Afinal como é? Tenho a obra embargada, tenho a licença aprovada, e os fiscais e os Vereadores que aqui vieram disseram que receberam um telefonema do Presidente da Junta para mandar parar a obra. Isto é incrível. Vejam a maneira como se tenta entalar um Presidente de Junta. Eu ainda não quis acreditar que isto foi possível. Será que não podiam ter dito que houve uma denúncia sem terem que entalar o Presidente da Junta? Isto é inadmissível.

Claro que eu tive que dizer ao proprietário, meu amigo, que a opinião do Presidente da Junta vale o que vale, mas é a Câmara que licencia e que fiscaliza.

Em resumo, a minha conclusão, é que o Presidente de Junta é um bode expiatório no sistema, e que comigo isso não funciona, nem admito voltar a passar por uma humilhação desta natureza.

Tudo isto podia ser evitado se houvesse mais atenção na aprovação dos projectos e, na dúvida, ir ao local ver para crer, para evitar asneira.”

Fernando Matias, cuja intervenção se segue:

“Quero dizer ao meu colega das Meirinhas que não está sozinho no barco.

Continuando a minha intervenção queria deixar aqui três notas.

A primeira para agradecer à Câmara o início da requalificação da rede viária da Freguesia de Almagreira, está concluída a estrada Aldeia dos Redondos – Almagreira e Almagreira – Chãs. Está uma via de excelente qualidade, ficam os meus parabéns, e espero que seja para continuar.

Informar também, que está concluída a requalificação do largo de S. Pedro. Foi uma obra projectada e executada pelo Município de Pombal, que será inaugurada sábado, dia 2, às 17H30, pelo que convido todos os presentes para estarem presentes na cerimónia que será presidida pelo Senhor Padre Manuel Nobre.

Dizer que não me preocupo com a extinção dos Senhores Governadores Cívicos, porque nunca fizeram um flyerzinho a preocupar-se com a rede viária de Almagreira ou com a sua segurança rodoviária.

Por último, queria congratular-me com a mudança de rumo do nosso País. De facto íamos em TGV a correr vertiginosamente para o abismo, mudámos de rumo e Almagreira ficou mais descansada, porque mandaram para o estaleiro o projecto Lisboa – Porto, espero que seja enviado para o aterro sanitário e que faça uma boa compostagem.

Também quero deixar aqui uma nota, que de facto foi da imprensa, não sei em profundidade qual a sua veracidade, provavelmente alguém poderá esclarecer, de que o Governo cessante tinha um acordo secreto de extinção de 400Km de linha férrea, caso se mantivesse no poder. Eu gostaria de saber se estaria lá a Linha do Oeste.

Como o TGV foi para o aterro, penso que esses 400Km vão perdurar e que a Linha do Oeste, que tem sido uma preocupação deste Concelho, andarà para a frente com toda a força.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

António Carrasqueira, que disse o seguinte:

“Foi em 1561, que começaram as tradicionais Festas do Bodo, em Abiul, com as touradas, o profano e o religioso e festejamos este ano 450 anos. A Autarquia Local, em parceria com a Comissão Fabriqueira, com a Fundação Dr. Lourenço e os amigos de Abiul, resolveram levar por diante, durante este ano, algumas celebrações para assinalar a data, não de forma muito exaustiva mas de modo a todos os meses termos uma actividade.

Temos aquelas que já se fazem habitualmente e têm o seu próprio calendário, como as Touradas em Agosto, mas temos programadas mais actividades e algumas já ocorreram, embora não fossem imbuídas, inicialmente, mas tiveram o ensejo de serem feitas em Abiul. Eu refiro-me concretamente a uma peça exibida pelo Teatro Amador de Pombal – e corroboro aqui as afirmações do Sr. Dr. João Coucelo – e, não obstante ter havido nesse dia um velório e a Casa Mortuária situar-se nas proximidades, o Salão Paroquial da Igreja encheu, com cento e tal pessoas. É a prova de que quando a cultura desce também às serras, aos povoados, as pessoas também apreciam.

Realizou-se, aqui há uns anos, no Arnado, um campeonato de, suponho, Voleibol de Praia. Este ano, por uma feliz iniciativa da Câmara Municipal de Pombal e dos respectivos Pelouros da Cultura, sob a alçada do Sr. Presidente da Câmara, e do Desporto, entregue ao Sr. Dr. Fernando Parreira, optou-se por receber a 1.ª etapa do Circuito Nacional de Voleibol de Praia, em que estiveram presentes pessoas de todo o país. Tivemos que colocar lá 400 toneladas de areia e, como tal, a Associação Pombal Jovem, da qual um dos Directores até é oriundo de Abiul, o Sr. Barros, no fim-de-semana prolongado, de 10 a 12 de Junho, aproveitando a areia, praticou-se lá, Futebol de Praia. Foi agradável ver tanta juventude na Praça de Touros.

Questionadas as pessoas que ali acorreram, disseram que gostaram muito de ali ter estado, que foi inédito jogar voleibol numa Praça de Touros, gostaram da paisagem envolvente. Estão pois de parabéns os organizadores.

Temos mais coisas para fazer, para o ano teremos o lançamento de um livro sobre o passado, o presente e o futuro da histórica vila de Abiul. Este é um ano profícuo para Abiul, agradeço mais uma vez.

Ultimamente, fala-se em acabar com autarquias, acabar com freguesias, como se fossem as freguesias que engolissem isto tudo. Coitados dos Presidentes que trabalham e que, como o Avelino acabou de dizer, cai-lhes em cima a carga toda. Ora bem, isto não é tão linear como isso, não acabam todas, e não são as Freguesias que esgotam este País, mas coitados dos fregueses se nós não estivéssemos perto deles em qualquer altura, todos os dias, a toda a hora.

Os políticos que ganhem juízo e vejam como é que vão resolver o problema das Freguesias por esse País fora, porque estamos, cada vez mais, a desertificar este País.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“Eu pedi a palavra para falar sobre os nossos Bodos. O Bodo das Castanhas, em Vermoil, que ainda vem longe; o Bodo de Pombal que está à porta; e o Bodo de Abiul.

Senhor Presidente, eu quero-me congratular porque, efectivamente, o Bodo de Pombal vai ser uma realidade com baixos custos, é uma congratulação que eu faço.

Senhor Presidente, mas se me permitir, já que fiquei muito preocupado, mas respeitando a decisão da Mesa relativamente ao Ponto 2.7, eu gostaria de dizer à Senhora Dra. Odete Alves, o seguinte:

Nós, enquanto cidadãos, cada dia temos menos grau de liberdade, o único sítio onde efectivamente nós podemos falar sem que nos seja assacada quaisquer responsabilidades que não as políticas, obviamente dentro do Regimento, a pergunta que eu faço à Juventude Socialista é que, utilizando V. Ex.ª o último



MUNICÍPIO DE POMBAL

argumento que utilizam os juristas, é dizendo que não está a coberto da Lei. Senhora Dra., num órgão político, a questão da Lei está vertida no regimento e não na Lei da Assembleia da República, portanto, a pergunta que eu quero fazer à Juventude Socialista é: se não fez o trabalho de casa por preguiça ou por desconhecimento dos problemas dos jovens do Município de Pombal.

A questão de fundo é esta.

Eu não dou conselhos a ninguém, agora, a Juventude Socialista tem que aprender com a JSD a ser eficiente e eficaz, assim não é uma coisa nem outra, é uma coisa que anda ao sabor das marés.”

Manuel António, que referiu o seguinte:

“Queria aproveitar esta ocasião para destacar os apoios da Câmara Municipal de Pombal ao desporto, em geral, e ao futebol, em particular.

Queria chamar a atenção dos Deputados para o excelente trabalho que tem vindo a ser realizado pelos vários clubes junto das camadas jovens. A imprensa tem mostrado esse mesmo fenómeno nos vários desportos, mas, no futebol, que por exemplo na minha Freguesia, a Guia, tem algum destaque.

Na minha Freguesia, os apoios do Município e da Freguesia ao Grupo Desportivo Guiense, o voluntariado da direcção e o empenho desinteressado de homens e mulheres que são directores de 13 equipas técnicas, tem permitido a prática de futebol a mais de 250 jovens, dos mais variados escalões. Queria pois enaltecer o serviço público em prol do desporto e dos jovens e recordar aqui os resultados desportivos desta época, a saber:

O Grupo Desportivo Guiense, tem as camadas de iniciados, juvenis, juniores e seniores, na Divisão de Honra do Distrito de Leiria, a equipa júnior foi vencedora Distrital, a equipa sénior foi finalista vencida, e foi, curiosamente, a primeira equipa do Concelho de Pombal a atingir esta final, tendo competido no estádio de Leiria, na Taça Distrital da Associação de Futebol de Leiria e, todas as semanas vemos nos jornais as várias equipas do Concelho e posso destacar, com alguma simpatia, uma das que ficou a meio da tabela numa final que decorreu no estádio do Restelo com equipas de todo o País.”

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“Gostaria apenas de apelar aos Deputados Municipais que respeitem as suas funções e que reconheçam a sua autoridade para conduzir a Assembleia Municipal, colocando as suas intenções pessoais de parte. Por outro lado é de bom-tom não tentar transformar esta Assembleia Municipal em pequenos comícios da JSD.

Em relação ao que o Deputado Rodrigues Marques frisou, gostaria apenas de responder que ficarei muito satisfeito por lhe mostrar todos os pontos de vista que defendemos para uma possível casa de juventude e que a JSD anda sedenta de protagonismo, ocultando na sua proposta espaços com as actividades mencionadas já existentes no nosso Concelho.

Mas obviamente que farei isso em devido tempo, quando essa proposta vier a discussão na Assembleia.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Permitam-me que comece por esclarecer o Sr. Deputado João Gonçalves. Na minha opinião pessoal, o Bodo 2008 projectou Pombal para além fronteiras, como nunca o fez, e também conseguiu dinamizar as micro e pequenas empresas, não podemos continuar a crucificar quem criou a Pombal Viva, empresa que hoje tem todas as suas competências integradas na PMUGEST.

Em relação ao Stand das Associações, as mesmas podem vender rifas, podem angariar sócios, podem divulgar a sua actividade cultural, desportiva e social, mas não podem vender bebidas alcoólicas,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque essas são por concurso, em carta fechada. Eu, como Presidente da Comissão de Festas, fui o proponente para que, de facto, houvesse uma pequena alteração. As Associações têm o Pavilhão da Caldeira para fazerem a sua divulgação e projectarem as suas Associações.

Portanto, assumo a minha quota parte de responsabilidade, mesmo sabendo que estou a ferir susceptibilidades, por pensarem de forma diferente.

Nós temos uma previsão de gastar mais de 300.000 euros e de ficar com um custo na ordem dos 50.000 euros.

Relativamente ao limite das Freguesias, todos os limites das nossas Freguesias com os Concelhos periféricos, que são seis, foram acordados com os respectivos Presidentes de Junta do Concelho e dos Concelhos limítrofes e foram transmitidas à Assembleia da República sem qualquer contratempo.

Posteriormente surgiu um diferendo entre a Freguesia de Carnide e a Freguesia de Vermoil que procurámos solucionar, e eu, salvo melhor opinião, entendo que uma Freguesia poder ficar com mais uma casa ou menos uma casa, com mais 500 ou menos 500m² de terreno, sendo um Concelho com 627km² e tendo agora a perspectiva de fusão de Freguesias e fusão de Concelhos, penso que não é motivo de preocupação para ninguém.

Senhora Deputada Odete Alves, o acordo de colaboração dos Centros de Saúde, não foi assinado entre a Direcção Regional de Saúde e o Município de Pombal, porque o Ministro das Finanças não respondeu à aprovação do Acordo de Colaboração. Espero que o actual Ministro das Finanças dê seguimento às diligências por nós encetadas e que estão já na recta final, de forma a que os Centros de Saúde da Guia e o de Pombal, sejam concluídos.

Senhor Dr. Fernando Carolino, sobre os 50% de subsídio não me vou pronunciar, já tinha sido alvitrado, mas espero que, a nível Nacional, haja responsabilidade política, que se dignifique a actividade nobre da política para que não se vote contra só por votar contra, que se respeite a imposição da Troika e que se criem condições de progresso, modernidade e emprego, e que não se caia no descalabro e na rotura de um colapso financeiro como a Grécia está a cair, e que os agentes económicos, os agentes sindicais e as Ordens deste País, tenham noção da responsabilidade, que eu ainda hoje tive no meu gabinete a atender pessoas até às 14h45, muitas a reclamarem emprego, outras a dizer que estão a passar fome, outras que, tendo elas oitenta anos, acham necessária uma intervenção social da Câmara, pois não têm o suficiente para pagar os encargos financeiros que têm em medicamentos e alimentação e isso é o que nos deve preocupar a todos e não os 50% do vencimento. Eu não defendo o aumento do IVA. Nós temos de ter uma economia competitiva mas isso é para os políticos analisarem e fazerem melhor para Portugal, como tenho esperança que se faça. O que se tem feito ultimamente é uma gestão danosa e foi isso que nos conduziu a este ponto e espero que a situação realista do estado financeiro do nosso país seja apresentado aos portugueses, com objectivos de médio e longo prazo.

Sobre a Inspeção Geral das Autarquias Locais que aqui decorreu, foram feitas algumas anotações e correcções Ao Relatório preliminar e o definitivo ainda não foi apresentado. Não tenho receio de ferir susceptibilidades, ainda há pouco tempo assinei mais de 20 autos de contra-ordenação e hoje também recebi algumas pessoas a dizer que não tinham dinheiro para pagar a coima a que foram sujeitas e mandei analisar a situação dessas pessoas pela Acção Social.

Em relação ao roubo, o Banco já enviou ao nosso Gabinete de Juristas a contestação. O dinheiro ainda não foi transaccionado, de acordo com a decisão do Tribunal.

Continuo a pensar que só há dois responsáveis, o ladrão e o Banco, porque recebe uma carta antes de se iniciar a fraude a dizer que as movimentações dessa conta só poderiam ser feitas com duas



MUNICÍPIO DE POMBAL

assinaturas, quando não respeitou essa ordem por escrito e depois diz que foram umas cruzinhas que lá puseram, mas quem ouviu as declarações do ladrão, que está preso, que foi toda a vida dele facilitada, o Senhor não pode responsabilizar, como técnico que é, como jurista que é, e como político que é, a Câmara a nível político, porque se o tivesse que ser era-o pelo Relatório do IGAL que aqui decorreu na altura em que isso foi praticado, e não foi essa a conclusão, em termos de responsabilização.

Em relação á segurança rodoviária da Guia, já tivemos várias reuniões, é uma estrada nacional, não está desclassificada, e enquanto eu estiver na Câmara só se for imposta legalmente, porque fomos prejudicados pela desclassificação das estradas 237, da 237-1 e da 1.6, por várias razões que já aqui foram frisadas, e não vamos correr o risco de aceitar a 109 que é muito utilizada, porque a A8 e a A17 não tiveram a possibilidade de ser rentabilizadas para desanuviar o trânsito da 109.

Nós temos um projecto em curso, da iniciativa da Câmara, para construção dos passeios para a tornar mais segura no perímetro urbano da sede da Freguesia da Guia, espero que esse projecto se concretize e que a Junta Autónoma de Estradas assuma a responsabilidade de a qualificar e de permitir que ela não seja tão fatídica como tem vindo a ser de há uns anos a esta parte.

Falou-me também da “Casa dos Varelas”. A casa ainda não está escriturada, mas está para breve, quando ela for propriedade do Município está previsto deslocarmo-nos à obra, ver em que condições é que está e avançar com um projecto em termos de recuperação daquele imóvel, vamos-lhe dar a devida utilidade. A Pousada da Juventude é uma situação abordada com a devida oportunidade, felicito os jovens por terem essa vontade, mas temos que analisar como é que a Pousada da Juventude, em Leiria, é utilizada, qual é a dimensão que deve ter, porque a casa tem três andares e cave e vamos ver qual é a multi-utilização de acordo com o projecto de qualidade, durabilidade e segurança.

Em relação ao PEPAL, eu tive vontade de me afastar das candidaturas do PEPAL no percurso da candidatura mas não o fiz, como fizeram outros Presidentes de Câmaras do Distrito de Leiria. Fomos a Câmara, a nível nacional, que se candidatou a mais estagiários, primeiro eram os licenciados do Concelho, depois a nível de região e finalmente foi feita a selecção a nível nacional, mas temos jovens licenciados de Pombal noutros Concelhos, aqui, só entrou um que resida em Pombal, mas nós não podíamos desistir. Temos aqui 13 jovens licenciados a fazer o seu estágio e não estão em casa a destruir a sua auto-estima e a enveredar por outros caminhos.

Senhor Deputado Victor Gomes, a responsabilidade de desassoreamento do Rio é do Instituto Nacional da Água e temos assumido essa responsabilidade, fizemos uma candidatura e só vieram 300.000 euros de um prejuízo superior a três milhões de euros.

Estamos a desassorear o Rio na zona de Almagreira, temos que começar a desassorear o Rio a montante da Cidade e vamos preparar-nos para não haver mais inundações. Está em curso um projecto com acordo de colaboração, que já foi corrigido várias vezes pelo INAG, para se construir uma bacia de retenção, o redimensionamento dos túneis, e estamos também a reconstruir pontes.

A expropriação do terreno para o corredor ribeirinho está em curso, vai-se conseguir dentro de aproximadamente 15 dias, dentro de dias vamos accionar a decisão do Tribunal que já nos deu razão.

Já comprámos ali mais de 20.000 m2 de terreno, vamos adquirir um outro, entretanto, para ampliação do parque de lazer.

Quanto às sucatas, tenho aqui uma anotação do Pelouro do Ambiente, estão identificados os proprietários, já foram feitas de dez a quinze participações, pela fiscalização, muitas estão em terrenos privados e nós não podemos intervir em propriedade privada, a não ser através de notificações aos proprietários, de forma a irradiar das sucatas, é isso que está a ser feito, mas as sucateiras levam tempo a desactivar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Temos agora centros de desmantelação de viaturas que vão reduzir, significativamente, essas sucatas de carros que são despejados em qualquer lugar do Concelho, mas não é fácil, em termos ambientais, eliminarmos isso radicalmente, de um momento para o outro, com a legislação que temos que cumprir. Senhor Deputado Pedro Santos, relativamente ao Centro Escolar de S. Simão, penso que vai ficar pronto para entrar em funcionamento no próximo ano lectivo, não obstante os entraves que surgiram com participações à Assembleia da República e ao Tribunal de Contas, mas soubemos comprar um terreno melhor localizado do que o que estava para ser adquirido.

O Pólo Escolar da Mata Mourisca já tem 8.000m² de terreno adquiridos e o projecto está em fase final de elaboração, mas só depois da candidatura aprovada é que avança, depois o de Almagreira, depois o da Guia e depois os que for necessário fazer-se, mas nós não fazemos nada sem saber se há condições financeiras para o fazer, mas era bom que eles fossem construídos nas 17 Freguesias do Concelho para não haver diferenciação em condições de aprendizagem.”

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas, a minha terra natal, tão pressionado para o ser, quero dizer-lhe o seguinte: Não tenha receio de ferir susceptibilidades dos amigos próximos porque o que está em causa é meu segundo primo, o dono da casa é filho de um primo seu, e como tal, também pode ficar tranquilizado que sendo esse prédio feito em frente de um investimento aprovado pela Câmara e que vendeu dois lotes de terreno e de que o Senhor também é proprietário, quero-lhe dizer que a Senhora Vereadora, o Senhor Vereador, os responsáveis pela fiscalização e a Eng.^ª Odete foram lá mandados por mim, e no livro da obra foi escrito, pela fiscalização, o seguinte: “O muro está implantado a cinco metros do eixo da estrada em toda a sua extensão, de acordo com o Regulamento, o passeio tem, em determinada posição, 1,80m, depois 1,75m, depois tem 1,45m, depois tem 1,53m.”

É evidente que o proprietário do prédio quando verificar que eu mandei avançar o embargo e quando vi que, efectivamente, aquilo estava escrito no livro de obra, havia duas soluções, se fosse para Tribunal, uma vez que o projecto foi aprovado naquelas condições, o passeio não estava com 1,75m em toda a extensão, o juiz mandava arrancar o lancil e ir para o alcatrão.

O Senhor denunciou, fez o seu dever como Presidente de Junta, a Câmara Municipal fez o seu dever e não onerámos em nada o erário público.”

Fernando Carolino, que pediu a palavra para expor o seguinte:

“Eu faço uso do Art.º 27.º do Regimento, no seu n.º 3, alínea a) que passo a ler:”a palavra para esclarecimentos limitar-se-á à formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre a matéria enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.”

Aquilo que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara, e certo de que ele já respondeu a muitas das questões que aqui foram formuladas, há pelo menos uma delas que eu gostaria de ver aqui esclarecida e gostaria que respondesse à questão que versa se o Dr. Pedro Pimpão vai manter ou não o seu lugar como Vereador, e qual é a vantagem dessa situação se verificar.”

Presidente da Câmara, cuja resposta se transcreve:

“O Senhor Vereador Pedro Pimpão, de acordo com a Lei em vigor e de acordo com a prática de outros Deputados que também são Vereadores, a nível de alguns Concelhos do Distrito de Leiria, e refiro-me a uma Deputada que tem estado em funções nas Caldas da Rainha, pode continuar a ser Vereador e vir às reuniões de Câmaras e pode até ficar com pelouros, estou a equacionar a hipótese dele ficar com o Pelouro da Juventude, é o Presidente da Juventude Social Democrata a nível Distrital, continua com essa função, e os outros Pelouros reunirei com os Senhores Vereadores para os delegar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também não respondi sobre o Sporting mas o Sporting teve a classificação que teve graças, não à direcção, havia treinador e atletas, mas não tiveram a possibilidade de manter a divisão, mas também não foi falta de apoio da Câmara a nível de manutenção do campo e de todos os custos inerentes nem de apoio em subsídios, nem do início das obras da Pista de Atletismo, porque só jogaram no Campo de Flandes mesmo no final, e não é por mudar de campo que não se sobe de divisão ou que se desce de divisão, porque eles também jogam fora, portanto, não podem responsabilizar nem o Pelouro do Desporto nem a Câmara Municipal pelo resultado.”

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Designação dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que estava aberto o período de aceitação de propostas. De seguida informou terem entrado na Mesa duas propostas:

- Proposta A, da Bancada do PSD, que propõe Pedro Brilhante, Eliana Varalonga, Manuel António e Fernanda Guardado;
- Proposta B, da Bancada do PS, que propõe Edite Olaio, Armindo Carolino, Odete Alves e Tiago Galvão.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro **João Coucelo** que pediu a palavra para dizer que a designação significa escolha, referindo que, para qualquer destes organismos, é feita pedindo que haja participação de elementos de ambas as Bancadas. Referiu que se trata de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, não vendo que tenha que ser um assunto partidarizado.

O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o rigor da palavra poderá levar a esta interpretação que é justa, mas que o rigor da coerência é no sentido da votação, uma vez que, nas designações anteriores, foi este o método utilizado.

Odete Alves, que informou ter a sua Bancada, no início da sessão, questionado a Mesa sobre a forma como funcionaria a designação, se teriam que apresentar uma proposta ou era feita a designação por lista conjunta.

Disse entender que seria muito mais correcto e justo que a composição dos representantes da Assembleia na CPCJ fosse das duas Bancadas, propondo que se elabore uma lista conjunta.

Anézio Gonçalves, que disse fazer suas as palavras do Dr. João Coucelo, que o assunto é melindroso, que não é partidário, e que deveria haver uma lista abrangente de ambas as Bancadas.

João Coucelo, propôs que, havendo uma proposta de cada Bancada, será de consultar os líderes de Bancada a fim de saber quais os membros que constam das propostas e que devem constar da lista conjunta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou a sugestão perguntando aos líderes quem iria fazer parte da lista.

Entregue na Mesa a lista conjunta, constam da mesma os seguintes membros:

- *Dra. Edite Olaio;*
- *Dra. Maria Fernanda Guardado;*
- *Dr. Manuel António; e*
- *Dra. Eliana Varalonga*

De seguida passou-se à votação da lista por escrutínio secreto.

Terminada a votação, o Senhor Presidente chamou um membro de cada Bancada para proceder à contagem dos votos.

Terminada a contagem verificou-se ter sido a lista aprovada, com trinta e um votos a favor, dois votos nulos e um voto em branco.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento dos Cemitérios Municipais – Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento.

Colocado este assunto a discussão inscreveu-se o membro **João Gonçalves**, para dizer o seguinte:

“Consta da proposta a designação do Cemitério do Casal Velho e como não concordo com este cemitério vou votar contra.

Pelas razões conhecidas do processo polémico daquele cemitério, tudo o que apareça de onde o mesmo conste votarei sempre contra.

Sou contra a forma como inumamos os cadáveres que, no meu entender, não é a mais correcta, e que devia haver uma discussão aberta sobre esta matéria.

A tradição é a sepultura mas acho que devemos começar a pensar noutra tipo de soluções, a cremação, por exemplo que já é feita noutros sítios, porque o cemitério é sempre uma fonte poluidora.

Acho que, no caso do Cemitério do Casal Velho e os limites de protecção, a justiça foi manietada e há muita gente daqueles lugares que não concorda com a decisão.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria com um voto contra.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre DOCEREINA - Benefícios Fiscais ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito:

Odete Alves, que fez a intervenção seguinte:

“Como é sabido, os nossos Vereadores apresentaram, creio que em Outubro de 2010, uma proposta relativa à economia, em que propuseram exactamente a isenção de pagamento de imposto do IMT e do IMI, pelo período de dois anos, para as empresas que se quisessem fixar no nosso Concelho, desde que



MUNICÍPIO DE POMBAL

criassem 20 ou mais postos de trabalho, assim como para as que já se encontravam aqui sedeadas, desde que também garantissem esses 20 ou mais postos de trabalho.

Esta proposta, como sabem, foi rejeitada, como já é hábito, e, portanto, esta Bancada não pode nem votar a favor da proposta de indeferimento do pedido de isenção total de IMI e de IMT formulado por esta empresa DOCEREINA, exactamente porque mantém que é fundamental para promover a fixação de empresas, nosso Concelho, a aplicação deste princípio, mas também não poderá votar a favor uma vez que não foi aprovada esta proposta, seria injusto e desproporcionado aprovar a proposta apenas desta empresa, portanto, esta Bancada irá abster-se neste ponto.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Relativamente a esta proposta o que eu tinha para dizer é que vou votá-la no sentido do indeferimento do pedido da empresa em apreço.

Os argumentos são válidos e não podemos aqui criar um precedente para esta situação.

Mas, toda a gente sabe que a dinamização da economia deste País e deste Concelho e a competitividade das empresas é, naturalmente, beneficiada com a redução da carga fiscal, nomeadamente, em períodos de recessão económica e de dificuldades de financiamento.

As empresas, quaisquer que elas sejam, que produzem bens importantes para a economia do Concelho e do País, transaccionáveis ou não, cabem também no papel de empregador, estimular a fixação das populações, ou atraí-las para estes pólos de implantação de empresas.

A geração de emprego conduz, naturalmente, à estimulação da actividade económica em toda a zona onde ele se insere e também aumenta as receitas fiscais aos mais diversos níveis. É sempre mais vantajosos ter mais empresas e mais postos de trabalho com menor carga fiscal do que ter poucas empresas com maior carga fiscal.

Em momento de crise, como o que atravessamos, será - e isto é uma recomendação à Câmara - de analisar friamente o que se pode fazer em termos objectivos na área de Derrama, IMI e IMT, dentro das regras do bom senso, para que, de alguma forma, se possa estimular a fixação de empresas e conceder alguns benefícios àquelas que já cá estão.

Será importante para incentivar e aumentar a sustentabilidade do emprego e melhorar a competitividade das empresas, com a prudência e o equilíbrio necessário, de forma a que o resultado final se traduza em benefícios inegáveis para a comunidade em geral.

São medidas transitórias para um problema que todos nós desejamos que seja transitório.

Ao que eu apelo é que a Câmara, para o Orçamento de 2012, consiga trazer um pouquinho mais a esta Assembleia, que possa traduzir-se no que a Câmara pode fazer, que o estado tinha obrigação de fazer, eu não vou atirar para cima de quem nos começou a governar agora aquilo que vem de trás, não podemos esquecer o passado, mas não podemos ficar “a olhar para o nosso umbigo”.

Eu pago uma carga fiscal elevada como cidadão contribuinte, na ordem dos 48,5%, por mês, sobre tudo aquilo que eu ganho e, portanto, se me pedem a mim, se pedem a outros, com certeza que também se pode pedir à Autarquia, dentro daquilo que tenha capacidade de suportar. Hipotecará com certeza algumas obras, mas esse terá que ser um compromisso de todos e também na governação do País.

Senhor Presidente esta é uma recomendação que faço à Câmara.”

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Também tenho direito de dar a minha opinião sobre o indeferimento desta pretensão.

Há 45 anos que pago impostos, não só como trabalhador mas também por aquilo que herdei e adquiri, com o esforço do meu trabalho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

As medidas económicas que nós temos vindo a projectar, pós 25 de Abril, são muito injustas. Nós, antes do 25 de Abril, criticávamos, os monopólios nacionais e o próprio Estado tem vindo a fomentar e a apoiar os monopólios. Há habilidosos que sabem fazer candidaturas e fazer aprová-las e nem sempre o dinheiro é investido na criação de postos de trabalho. Nós temos, em Pombal, duas empresas que já fecharam, a Azulefa e a Azupal, mas existem empresas em concorrência desleal porque só algumas é que foram apoiadas, porque as médias empresas e as empresas familiares não têm apoio de ninguém. Esta empresa, numa primeira fase teve um apoio a fundo perdido de 800.000 contos, agora não sei exactamente quanto foi o apoio mas foi de mais de cinco milhões de euros.

Não vamos apoiar as grandes empresas que já têm muito emprego e que até são exportadoras, com a ilusão que continuam a criar postos de trabalho.

O Ministério da Tutela quando dá o aval a determinada empresa nova para criar postos de trabalho, nunca devia ignorar as empresas do mesmo tipo que existem no terreno há dezenas de anos e que têm necessidade de se modernizar, mas que ficam pelo caminho por falta de apoios que fomentem a competitividade.”

Colocado este ponto a votação, foi a proposta de indeferimento apresentada pela Câmara aprovada, com sete abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas Preventivas para a Área Geográfica Abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço - Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara em epígrafe, a qual foi distribuída por todos os membros da Assembleia e a seguir se transcreve:

“Ponto 16.0 – Medidas Preventivas para a Área Geográfica Abrangida pelo Sistema Aquífero da mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço – Prorrogação do Prazo de Vigência.

Foi presente à reunião a informação n.º 4 da Divisão de Urbanismo, cujo teor se transcreve:

“A Assembleia Municipal de Pombal na sessão ordinária celebrada em 26 de Setembro de 2008, aprovou, por unanimidade, as Medidas Preventivas para a Área Geográfica abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas freguesias de Guia e Carriço.

As medidas preventivas foram publicadas na 2.ª Série, do Diário da República, n.º 200, sob o Aviso n.º 25065/2008, de 15 de Outubro.

Atendendo a que algumas das matérias abrangentes das medidas preventivas necessitavam de ser mais explícitas e completas, tendo em conta a importância do Aquífero a proteger e considerando a recente alteração do regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o Município de Pombal promoveu uma alteração às mesmas. Esta alteração, obteve parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, tal como previsto no ponto 3, do art.º 109.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

A Assembleia Municipal de Pombal na sessão celebrada em 26 de Novembro de 2009, aprovou, a alteração às Medidas Preventivas para a Área Geográfica abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas freguesias de Guia e Carriço. A alteração às medidas preventivas para a área geográfica



MUNICÍPIO DE POMBAL

abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas freguesias de Guia e Carriço, foram publicadas na 2.ª Série, do Diário da República, n.º 55, sob o Aviso n.º 5821/2010, de 19 de Março. A publicação no Diário da República desta alteração revogou a Declaração de Rectificação n.º 1641/2009, publicada na 2.ª Série, do Diário da República n.º 129, de 7 de Julho de 2009.

As medidas preventivas foram estabelecidas para uma vigência de dois anos a contar da data da primeira publicação no Diário da República que as estabeleceu, podendo ser prorrogáveis por mais um ano de acordo com o disposto no ponto 1 do art.º 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Tendo em consideração o facto do Plano Director Municipal de Pombal, se encontrar ainda em revisão, mantém-se a necessidade da continuidade da protecção do Sistema Aquífero da Mata do Urso e consequentemente da prorrogação das medidas preventivas.

Após solicitação do Município de Pombal em ofício datado de 13 de Dezembro de 2010, esta prorrogação, obteve parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, através do ofício Ref. DOTCN 2584/10 – Proc. NPR-LE.15.00/3-08, tal como previsto no ponto 3, do art.º 109.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, tendo em consideração o referido no ponto 9 do art.º 112.º do mesmo diploma (ver anexo 1).

Na reunião da Câmara Municipal de Pombal de 11 de Fevereiro de 2011, foi levantado o problema da legitimidade da prorrogação destas medidas preventivas, uma vez que o pedido de prorrogação não foi efectuado dentro do prazo de vigência das mesmas, que terminou a 15 de Outubro de 2010.

Nesta sequência foi solicitado novamente parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que respondeu no ofício Ref. DOTCN 1085/11 – Proc:NPR-LE.15.00/3-08, datado de 7 de Junho de 2011, concluindo-se que: “As medidas preventivas para a zona geográfica abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, publicitadas pelo Aviso n.º 25065/2008 no DR n.º 200, 2.ª Série, de 15 de Outubro, devem considerar-se prorrogadas se o município deliberar nesse sentido com efeitos retrodatados a 15 de Outubro de 2010 e terminus a 15 de Outubro de 2011” (ver anexo 2).

Deste modo, sugere-se que a Câmara Municipal de Pombal delibere aprovar a prorrogação das Medidas Preventivas e propor à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto nos n.º 9, do art.º 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22/09, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Mais se informa que após a competente deliberação municipal, a prorrogação das medidas preventivas fica sujeita a publicação nos termos do art.º 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, de acordo com o previsto no ponto 7 do art.º 109.º do mesmo diploma.

A publicação referida é efectuada na 2.ª Série do Diário da República.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a prorrogação das medidas preventivas em conformidade com os elementos que integram a proposta apresentada.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar, seja por minuta, para efeitos de imediata execução.

Inscreveu-se para usar da palavra o membro **Manuel António**, cuja intervenção se segue:

“Pedi a palavra para felicitar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores por, uma vez mais, e aqui está uma das medidas de protecção do ambiente mais significativas que julgo ser possível tomar por uma Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É uma área muito significativa, abrange a Freguesia da Guia e do Carriço, e pretende com medidas bastante restritivas, controlar, o máximo possível, a gestão do território naquela zona tão importante para abastecimento de água pública à população.

Assim, deixo o meu apreço e gratidão por essas medidas.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Associação Cultural e Recreativa da Guístola.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara, a qual foi distribuída por todos os membros da Assembleia e a seguir se transcreve:

“Ponto 17.0 – Associação Cultural e Recreativa da Guístola.

Foi presente à reunião a informação n.º 1054/DUP,11, da Divisão de Planeamento Urbanístico, que a seguir se transcreve:

“Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, o serviço de Projectos da Divisão de Urbanismo e Planeamento elaborou o projecto de um edifício para acolher a sede da Associação Cultural e Recreativa da Guístola (ACUREG), associação sem fins lucrativos, conforme cópia dos respectivos estatutos, que se anexa, bem como o Rancho Folclórico da Região da Guístola, ficando a construção do edifício a cargo da referida associação.

O edifício será construído num complexo de equipamentos de cariz sócio-cultural e religioso, já existente, conforme planta anexa, considerando-se este edifício como um complemento ao referido complexo, conforme Declaração conjunta da ACUREG e Comissão Fabriqueira, que se anexa.

O edifício implanta-se numa área classificada pelo Plano Director Municipal de Pombal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/95, de 04 de Dezembro, com a alteração constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2001, de 19 de Julho, em espaço agro-florestal.

A pretensão poderá ser enquadrada, em virtude de se tratar de uma ampliação do complexo de equipamentos sócio-culturais e religiosos da Guístola, no n.º 9 do artigo 40.º do regulamento do PDM-Pombal.

Deste modo, este licenciamento, deverá ser precedido, de acordo com o estatuído no artigo anteriormente mencionado, de aprovação pela Assembleia Municipal de Pombal.

Face ao exposto, poderá a Câmara deliberar submeter à Assembleia Municipal a referida aprovação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, de harmonia com o n.º 9 do Artigo 40.º do Plano Director Municipal.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar, seja por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Não se tendo verificado qualquer inscrição, passou-se de imediato à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, tendo-se inscrito:

António Gomes Fernandes, cuja intervenção se segue:

“Foi com bastante mágoa que ouvi há bocado o Sr. Presidente da Câmara referir-se à modificação dos limites da Freguesia de Carnide com duas das Freguesias vizinhas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Venho lembrar esta Assembleia que nós tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, no dia 16 de Maio, aqui mesmo nesta sala, estivemos aqui presentes 15 pessoas, a maior parte dos referidos lugares de Feteira e Vale Travesso.

Depois de uma reunião um bocado “acesa”, o Sr. Presidente da Câmara prometeu-nos, verbalmente, que ia manter os limites de origem na nossa Freguesia de Carnide.

Mais tarde, no dia 27 de Maio, alguns moradores de Carnide, entregaram aqui um ofício dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, para lhe perguntar quais as diligencias tomadas ou a tomar, para manter esses mesmos limites na Freguesia de Carnide. Até hoje ainda não houve resposta. Daí a nossa decisão de irmos aqui, diante desta Assembleia, para sabermos em que ponte é que estávamos.

Ora, segundo me apercebi, o Sr. Presidente da Câmara, nessa reunião mentiu-nos, enganou-nos, disse que ia manter os limites de origem e afinal, possivelmente, já tinha mandado para Lisboa os novos limites.

Agora, o que eu pergunto é:

- *Que interesses estão por trás destas mudanças de limites?*
- *A quem se devem estas mudanças de limite, que na Feteira, já têm centenas de anos, já eram entre as antigas Freguesias de Vermoil e Mata Mourisca, antes de Carnide e Ilha serem Freguesias?*

Há gerações que recordam que os avós deles já diziam que eram por ali os limites. Os limites na Feteira são entre dois pontos, é uma linha recta entre esses dois pontos. Sempre foram respeitados até ao ano 2001, data de entrada dos novos Presidentes de Carnide e da Ilha.

Entre o Sr. Joaquim Mota e o Sr. António do Carmo sempre foram respeitados estes limites.

Só agora é que houve estes problemas.

Nós não temos culpa que o Sr. Carlos Domingues, aqui presente, tenha feito a casa dele no lado de Carnide. A casa dele e a casa do irmão dele estão a dezenas de metros do limite da fronteira, do lado de Carnide. Não é por cima da casa deles como o Senhor Presidente afirmou na reunião, não.

Eu tenho aqui o mapa aéreo que eu vou entregar nesta Assembleia, a fotografia aérea, com os limites, e estes são os verdadeiros, que ninguém se interessou em ir ao terreno consultar as populações, ver onde é que estão os marcos, onde é que estão os limites, ninguém se interessou, porque tudo foi feito nos Gabinetes, às escondidas das pessoas, sem que ninguém se apercebesse e, se por acaso, ninguém se apercebesse, era assim que as coisas iam ficar.

Agora queria aqui dizer ao Sr. Carlos Domingues que nós somos todos amigos, somos todos vizinhos, todos nos damos bem e nós gostamos de o ter como vizinho, que você faça a sua vida na Ilha, que você seja Presidente da Ilha, é normal, ninguém tem nada a ver com isso, você até nasceu no lado da Ilha, embora tenha construído a casa em Carnide, ninguém tem nada contra isso, mas você não pode querer que por fazer a casa naquele local, automaticamente, aquele terreno passe para a Freguesia da Ilha, não pode ser.

Quero aqui também dizer que a Escola da Feteira que, desde 1980, data em que a Autarquia e as Juntas de Freguesia passaram a pasta da mesma escola, foi sempre gerida pelo Senhor Presidente Joaquim Mota, aqui presente, sempre pela Junta de Freguesia de Carnide, embora haja uma inscrição de 1970 na Freguesia da Mata Mourisca, isso não invalida que ela fosse sempre de Carnide porque está a dezenas de metros, do lado de Carnide. Portanto, não se pode querer roubar a escola à Freguesia de Carnide, alegando que ela está inscrita na Freguesia de Mata Mourisca.

O terreno da escola foi dado por pessoas da Freguesia de Carnide, estão aqui os familiares deles.

Falando no Vale Travesso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Como é que é possível que se modifiquem casas que, há cerca de 50 anos, pertencem a Carnide, agora se vão transferir para Vermoil, jogando com a vida das pessoas?

Quem é que perguntou a essas pessoas se elas estavam interessadas em mudar?

Afinal, não respeitam as pessoas, que valor é que têm as pessoas?

Quero aqui dizer também que, possivelmente, no Vale da Cruz, vai haver um problema igual, daqui a uns anos, porque há uma empresa de captação de água que fez o estaleiro no Vale da Cruz mas tem a direcção na Freguesia vizinha, e que um dos gerentes dessa firma, embora tenha a casa a centenas de metros, dentro da Freguesia de Carnide, tem a casa inscrita noutra Freguesia. Portanto, um dia, estou a prever também problemas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não perde o sono e que mais metro menos metro não lhe afecta nada.

Não perde o sono, Senhor Presidente, porque o Senhor não tem consciência, porque se tivesse consciência, de certeza que não estava tranquilo.

É com políticas como estas que a política está descredibilizada, porque não se consultam as populações, não se consulta nada, faz-se tudo dentro dos Gabinetes.

Agora, queria pedir à Assembleia que seja feita justiça, sobretudo a esta malta mais nova, que não ganhe os mesmos vícios, que seja feita justiça e, sobretudo, a nossa Freguesia que não seja enxovalhada.

Senhor Presidente, quando for a Carnide não se esqueça de dizer que é amigo de Carnide, que até tem lá familiares, que eu, pela minha parte, como familiar que sou, seu – você lembrou-me que eu era seu familiar -, não tenho orgulho nenhum em ser seu familiar.”

Alberto dos Santos, residente no lugar de Vale Travesso, que fez a intervenção abaixo:

“Eu, como residente do Vale Travesso, portanto, cidadão português, estive aqui no dia 16 de Maio com o Sr. Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta, onde falámos sobre as novas delimitações da Freguesia de Carnide.

Eu vivo lá há 22 anos, numa casa que construí na Freguesia de Carnide, o meu sogro tem lá a dele há 44 anos, o vizinho há 50 anos, feita por um Senhor que era do Outeiro da Ranha, Freguesia de Vermoil, sempre em Freguesia de Carnide.

Eu não sei com que direito agora, sem falar com ninguém, é que ninguém falou com ninguém, eu venho a saber isto por trás, não tive conhecimento algum do Sr. Presidente de Junta, quando eu vim a saber qualquer coisa fui falar com ele e ele garantiu à minha frente que não estava nada feito e eu venho a ver que realmente estava feito, então mandou-nos fazer um requerimento para ir entregar à Junta de Freguesia de Vermoil, que só com aquilo é que se conseguia, quer dizer, vendeu-nos para Vermoil? Vendeu-nos ou deu-nos, não sei, uma coisa ou outra foi.

Depois manda-nos fazer um requerimento para ir entregar ao Sr. Presidente de Junta de Vermoil que não queríamos ser de lá, quer dizer que então já estávamos lá.

Depois ele diz-me que não, que era tudo mentira, que estava tudo bem.

Depois, tenho aqui a cópia da última acta da Freguesia de Carnide em que estamos as quatro casas, onde diz que o Sr. Presidente de Vermoil não aceitou, portanto, quer dizer que nós finalmente não estamos em Carnide mas sim em Vermoil, eu preciso de tratar de documentação e eu agora pergunto uma coisa. Eu estou em Carnide ou estou em Vermoil? É só isso, não quero mais nada.”

Sérgio Duarte Mota, residente no lugar de Feteira, cuja intervenção se segue:

“Ao que julgo saber, penso que ainda pertença a Carnide, mas, devido a esta alteração de extremas, surgiu a confusão instalada, tanto na minha terra, como na Freguesia em si.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O caso concreto da Feteira, que eu venho questionar, é o seguinte:

Existindo extremas que são seculares, lembro-me, por exemplo, de ouvir a minha avó referir sempre dois pontos e de estes serem em linha recta, eu e a restante população gostávamos de saber porque é que, em vez de uma linha recta, alterámos a extrema, contornámos apenas duas moradias, uma escola que, como já foi aqui referido, durante 23 anos foi sempre cuidada pelo Presidente da Junta de Carnide.

Eu e a restante população trazemos aqui umas questões que, até ao momento, ninguém esclareceu.

- *Quem é que desencadeou este processo?*
- *Qual o motivo desse processo?*
- *Quais os benefícios que advêm da alteração de extremas seculares, de um momento para o outro?*

Eu, continuo sem saber, em concreto, em que Freguesia é que estou.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide**, que respondeu como se segue:

“Relativamente a este ponto e atendendo a que há pessoas que, mesmo com actas, não conseguem decifrar o que lá está mencionado, e ao requerimento que deu entrada nesta Assembleia do qual constam os limites Administrativos entre a Freguesia de Carnide, Ilha e Vermoil, tenho a informar que a Junta de Freguesia e a Mesa da Assembleia de Freguesia, remeterão, oportunamente, à Mesa da Assembleia Municipal um apontamento sobre o assunto assim como todos os elementos relativos às deliberações que foram tomadas sobre esta matéria, ao nível de votação de Assembleia de Freguesia. Já esclareci o que tinha que esclarecer. Haja alguém que me diga se recebeu algum documento em casa a dizer que mudou de Freguesia.”

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ilha**, que respondeu como se segue:

“Lamento que este assunto chegue aqui, nestas condições. Eu sou da Freguesia da Ilha, resido no lugar de Feteira.

Há 11 anos foram feitos os censos na Freguesia da Ilha e o limite do IGP, nessa altura, e eu não era Presidente nem pensava vir a ser, uma grande parte do lugar da Feteira foi contado para a Ilha.

Em 2011, quando foram feitos os novos censos, surgiu esse problema.

Depois de algumas questões que foram levantadas em relação à escola, à minha casa, etc., e eu nunca, como Presidente da Junta fiz nada para alterar rigorosamente nada, quero dizer que em 2001, o limite do IGP passava pela estrada, a minha casa era na Ilha e eu não vejo inconveniente nenhum nisso.

Admiro-me que pessoas que eu considero amigos, tenham criado aqui uma questão com a elaboração de um abaixo-assinado sem falarem comigo ou com outras pessoas da Feteira e da Freguesia da Ilha.

Eles entendem que a Escola é da Ilha porque foi colocada lá há 50 anos, e quem tratou disso foi a Freguesia da Mata Mourisca porque a Escola está registada na Freguesia da Mata Mourisca, há muitos anos.

Eu não sei qual é o valor da Escola mas ofenderam-me bastante e eu tenho o direito de o dizer aqui, nesta Assembleia.

Eu comuniquei na informação que fiz à Assembleia de Freguesia, em 11 de Abril de 2009, que no dia 7 de Fevereiro do mesmo ano, a Junta de Freguesia de Carnide, Presidente, Secretário e Tesoureiro, juntamente com alguns populares da Freguesia de Carnide, arrancaram uma placa de limite de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Freguesia, colocada quando da criação da Freguesia, ainda eu não era Presidente de Junta, nem pensava ser.

Ofenderam-me bastante, porque me acusaram de o ter feito.

Estas questões não são precisas para nada. Há muitos assuntos importantes para discutir no Concelho de Pombal e nas Freguesias de Carnide e da Ilha e isto é ridículo, é inútil, é fútil, e eu tenho vergonha.”

Finda esta intervenção, ouve-se uma ovação do plenário.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Meus caros e amigos Presidentes de Junta, todos sabem que o Presidente da Câmara e o seu Executivos, não interferiram em qualquer divisão entre as 17 Freguesias e até aos limites do Concelho. Foi incumbido o Dr. Armando Ferreira para acompanhar essa demarcação, em termos de delimitação do espaço territorial, de acordo com as cartas SIG e fotografias aéreas.

Todos sabem, Senhor Presidente da Junta da Ilha e de Carnide, que a divisão foi pelas Juntas efectuada e foi sancionada ou ratificada em Assembleias de Junta de Freguesia, Órgãos eleitos democraticamente.

Todos sabem que eu nunca interfeiri, e quero dizer aqui, alto e bom som, olhos nos olhos, a todos, quando eu estive aqui, numa reunião, com algumas digníssimas pessoas naturais de Carnide, eu não menti, o Fernando Parreira esteve presente, e só me foi apresentada a problemática da Escola da Feteira. Escola que está, de acordo com registos de há mais de 40 anos, ainda como se pertencesse à Freguesia da Mata Mourisca. Portanto, se há 30 ou 40 anos pertencia à Freguesia da Mata Mourisca, a Freguesia da Mata Mourisca não incluía a Freguesia de Carnide, incluía as Freguesia da Guia e da Ilha.

Por esse facto, eu quero dizer aqui, olhos nos olhos, que não interfeiri, não menti, mas quero e tenho o direito democrático de repudiar com todas as minhas forças, e reprovar até, a atitude, a postura, o comportamento do mentor do abaixo-assinado, que aqui falou, que instrumentalizou as pessoas de Carnide, com um sentimento mesquinho.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia, entendeu que o Senhor Presidente da Câmara já havia esclarecido que os limites administrativos haviam sido fixados pelas Assembleias de Freguesia, dando por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: